



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Ano: 2023 Edição: 00082

31 de Março de 2023

Manaus/AM

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOUREO ESTADUAL
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE PÚBLICA

BALANÇO GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS - EXERCÍCIO DE 2022

Manaus - Amazonas

BGE - 2022

Balanço Geral do Estado 2022



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
Wilson Miranda Lima
Governador

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Alex Del Giglio
Secretário

SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOUREO ESTADUAL
Luiz Otávio da Silva
Secretário Executivo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DO ESTADO
Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Contadora Geral do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
Wilson Miranda Lima
Governador

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Alex Del Giglio
Secretário

SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOUREO ESTADUAL
Luiz Otávio da Silva
Secretário Executivo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DO ESTADO
Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Contadora Geral do Estado

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO ESTADO
Marcos André Pontes Cavalcanti
Diretor

DEPARTAMENTO DE ENCARGOS GERAIS, DÍVIDA PÚBLICA E HAVERES
DO ESTADO
Leonardo dos Santos do Rego Barros
Diretor

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DA POLÍTICA FISCAL E ESTUDOS DE
FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO
Denis Moura de Oliveira Rocha
Diretor

DEPARTAMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA E OPERACIONAL DA EXECUÇÃO DA
DESPESA DO ESTADO
Nícias Goreth Bastos Varjão
Diretora

COORDENADORIA DE PROGRAMAÇÃO DE DESPESA DO ESTADO

Sônia Maria e Silva Nogueira

Coordenadora

GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO DE DESPESA

Lourinilda Maria Alves Fernandes

Gerente

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE DO ESTADO E ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Jefferson de Oliveira Carlos

Gerente

GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES

Felipe Lemos Brandão

Gerente

GERÊNCIA DE ANÁLISE ECONÔMICO FISCAL

Aline Santos e Mouta Almeida

Gerente

GERÊNCIA DE CONCILIAÇÃO BANCÁRIA DO TESOUREO ESTADUAL

Márcia Jeane Menezes de Oliveira

Gerente

GERÊNCIA DE NORMATIZAÇÃO E CONTROLE DE ACESSO DO SISTEMA DE
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA INTEGRADA

José Mauro Gomes Júnior

Gerente

GERÊNCIA DE NORMAS TÉCNICAS E IMPLEMENTAÇÕES DE DEMANDAS

Renan do Reis Jobin

Gerente

GERÊNCIA DE APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA

Elizabeth Alves Chaves

Gerente

GERÊNCIA DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DE RECEITA E EMENDAS
PARLAMENTARES FEDERAIS

Thiago Leite Nattrodt

Gerente

GERÊNCIA DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DE DESPESA E EMENDAS
PARLAMENTARES ESTADUAIS

Sander José Couto da Silva

Gerente

GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA

Edson Melo de Sousa

Gerente

GERÊNCIA DE ENCARGOS GERAIS

Marcos Marinho de Assis

Gerente

GERÊNCIA DE HAVERES E SENTENÇAS JUDICIAIS

Mayara Costa Alves

Gerente

SUBGERÊNCIA DE ENCARGOS GERAIS

Gleicy Rodrigues Paulo

Gerente

GERÊNCIA DE CONTROLE FINANCEIRO

Cristiane Silva Fonseca

Gerente

GERÊNCIA DE PROVISIONAMENTO E REPASSE FINANCEIRO

Celso Maki Sato

Gerente

GERÊNCIA DE EXECUÇÃO DA FOLHA DE PESSOAL E ENCARGOS

Marco Antonio Vasconcelos Pessoa

Gerente

GERÊNCIA DE RECOLHIMENTO E CONCILIAÇÃO FINANCEIRA

Rodolfo Pinto Bentes

Gerente

Equipe Técnica

Carlos Eduardo Ehl Dourado	Marcus Andre Barros da Silva
Fabio Barbosa Pereira	Maria do Socorro da Silva Lima
Jefferson Aranha Silva	Rozendo Galdino da Silva Filho
João Soares de Oliveira	Thiago Barbosa Santos da Costa
Luiz Paulo Wulf	

Analista Técnico da Despesa

Adriana Vilaça de Assunção Pinheiro	Lorena Nathalie de Araújo Cardoso
Ana Paula Barbosa Cereja	Lourdes Marina Vieira Gonçalves
Bruno Cunha Paixão	Marcelo Rego Soares
Célia Franco Cordeiro Magalhães	Maria Vilani Dias de Almeida
Dione Rodrigues da Rocha	Paula da Silva Costa
Elizabeth de Lima Melo	Regina Jurema Bezerra
Érico Futemma Ushikoshi	Renan Azevedo de Queiroz
Fabio Rocha Silva	Roberto Said de Oliveira Filho
Francisco Raimundo R. Pacheco	Rosimeire Paz da Silva
Jane Maria Santana Ushikoshi	Solange Ribeiro de Andrade
Johm Carlos Martins Maciel	Thiago Menezes Baranda
Larissa Amâncio do Amaral Cavalcanti	

Colaboradores

Ana Paulla dos Santos de Oliveira	Leomar da Silva Granjeiro
Antonio Benedito Cláudio Pereira	Luana B. Moraes de Araújo
Bianca Oliveira Botelho Barreto	Lorhana Silva Pereira
Caroline Maciel de Oliveira	Monique Ellen da Mota Sampaio
Cinthia Regina de Souza Façanha	Raquel da Silva Nascimento
Cynara de Oliveira Sales	Shirlei dos Santos Brandão
Giseli Almeida Jardim	Sônia Maria Almeida Batista
Ionara Miranda Pampolha	Suzane Cruz Fonseca
Jaimerson Costa Lopes	Wanderleia Ataídes da Silva Santos
	Vladislau de Souza Oliveira Junior

SUMÁRIO

- Relatório

ORÇAMENTÁRIO

- Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas Anexo 01
- Receita Segundo as Categorias Econômicas Anexo 02
- Despesa Segundo as Categorias Econômicas Anexo 02
- Programa de Trabalho por Unidade Orçamentária Anexo 06
- Programa de Trabalho do Governo-Demonstrativo de Funções, Subfunções, Programas por Projetos e Atividades Anexo 07
- Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos Anexo 08
- Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções e Funções e Órgãos Anexo 09
- Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada Anexo 10
- Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Anexo 11
- Balanço Orçamentário Anexo 12

FINANCEIRO

- Balanço Financeiro - Consolidado Anexo 13
- Demonstrativo dos Fluxos de Caixa – Consolidado
- Relatório de Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações a Curto Prazo (Administração Direta e Indireta)

PATRIMONIAL

- Balanço Patrimonial - Consolidado Anexo 14
- Demonstrativo das Variações Patrimoniais - Consolidado Anexo 15
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado
- Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa Anexo 16
- Demonstrativo da Dívida Flutuante Anexo 17
- Demonstrativo das Ações do Estado

NOTAS EXPLICATIVAS

- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado do Amazonas

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR

- Demonstrativo de Inscrição de Restos a Pagar
 - Demonstrativo de Restos a Pagar Não Processados
 - Demonstrativo de Restos a Pagar Processados
-



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

RELATÓRIO



RELATÓRIO

Assunto: BALANÇO GERAL DO ESTADO - Exercício 2022

O presente relatório demonstra os resultados alcançados pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2022, consolidando as administrações direta e indireta através do BALANÇO GERAL DO ESTADO - BGE, o qual compõe a prestação de contas à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas do Excelentíssimo Senhor Governador Wilson Miranda Lima.

Elaborado em cumprimento aos preceitos constitucionais e legais, visando dar transparência às contas públicas, o BGE atende, entre outras, às seguintes normas: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, Manual de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Lei Federal Nº 4.320/64 e Lei Complementar Nº 101/2000. Em respeito à Constituição do Estado do Amazonas, Art. 54, inciso XVIII, deverá ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas no prazo regulamentar.



Sumário

1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	5
1.1 Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias	5
1.2 Despesas Orçamentárias e Intraorçamentárias	7
1.3 Alterações Orçamentárias	8
2. GESTÃO DA RECEITA.....	9
2.1 Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias	9
2.2 Receitas por Fonte de Recursos	14
2.3 Receitas Correntes	16
2.3.1 Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16
2.3.2 Transferências Correntes	22
2.4 Receitas de Capital	25
2.4.1 Operações de Crédito.....	27
2.4.2 Transferências de Capital	28
2.5 Repasse aos Poderes	29
2.6 Renúncia Fiscal	30
3. GESTÃO DA DESPESA.....	31
3.1 Despesa Orçamentária	31
3.2 Execução da Despesa	34
3.2.1 Despesas Correntes.....	34
3.2.2 Despesas de Capital.....	35
3.3 Comparativo da Despesa Empenhada	37
3.4 Despesa Empenhada por Grupo	39

3.4.1 Pessoal e Encargos Sociais	39
3.4.1.1 Pessoal e Encargos Sociais por Fonte/Destinação de Recursos.....	40
3.4.2 Outras Despesas Correntes	42
3.4.2.1 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	43
3.4.3 Investimentos	44
3.4.3.1 Operações de Crédito.....	44
3.5 Evolução da Despesa	45
3.6 Despesa por Função	47
3.7 Consórcio Público	49
4. COVID-19	50
4.1 Receita	50
4.2 Despesa	50
5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	52
5.1 Balanço Orçamentário.....	52
5.2 Balanço Financeiro	54
5.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa	55
5.4 Balanço Patrimonial	56
5.4.1 Resultado do Patrimônio Líquido	58
5.5 Demonstração das Variações Patrimoniais.....	58
6. BALANÇOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS.....	59
7. GESTÃO DA DÍVIDA.....	60
7.1. Dívida Ativa.....	60
7.2. Dívida Pública	62



7.3. Dívida Flutuante	64
8. GESTÃO FISCAL	65
8.1. Gastos com Pessoal	65
8.2. Aplicação na Educação	67
8.3. Aplicação na Saúde.....	70
8.4. Resultado Primário e Nominal	71
8.5. Capacidade de Pagamento – CAPAG.....	72
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA EQUIPE TÉCNICA	74

1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do Estado foi amparada na Lei n.º 5.558, de 04 de agosto de 2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias — LDO¹ e na Lei nº. 5.758, de 29 de dezembro de 2021 - Lei Orçamentária - LOA² e Anexos, para o exercício de 2022, que estimou as receitas e fixou as despesas em R\$ 24,066 bilhões, sendo assim distribuídos: R\$ 17,635 bilhões de orçamento fiscal, R\$ 6,119 bilhões de orçamento da seguridade social e R\$ 312 milhões para investimentos das empresas estatais.

1.1 Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias

A receita líquida do orçamento fiscal e da seguridade fiscal do Estado do Amazonas prevista para o exercício de 2022, considerando as orçamentárias e intraorçamentárias foi de R\$23,754 bilhões, já incluindo as deduções previstas para o FUNDEB de R\$ 2,579 bilhões, conforme demonstrado na tabela 01.

Destaca-se a receita líquida prevista de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria com R\$ 11,945 bilhões, representando 50,29% e de Transferências Correntes com R\$ 5,941 bilhões representando 25,01, que somadas representam 75,30% do total das receitas.

1

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – É uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as metas e prioridades da administração pública, as projeções de receitas e despesas, os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os Órgãos dos Poderes do Estado e Municípios; as diretrizes relativas à política de pessoal; as orientações para a elaboração de LOA; os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado e Municípios; as disposições sobre as alterações na legislação tributária; as políticas de aplicação das agências financeiras de desenvolvimento oficiais, apresentando o plano de prioridades das aplicações financeiras, destacando os projetos de maior relevância social (Constituição Estadual, art. 157, §2º).

2

Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei que estima a receita e fixa a despesa para um determinado exercício.

Tabela 01
Receita Prevista do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social **R\$ Mil**

DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA	PART. %
RECEITAS CORRENTES	21.157.673	89,07
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	11.945.194	50,29
Receita de Contribuições	2.881.933	12,13
Receita Patrimonial	118.951	0,50
Receita Industrial	3.697	0,02
Receita de Serviços	174.714	0,74
Transferências Correntes	5.941.419	25,01
Outras Receitas Correntes	91.765	0,39
RECEITAS DE CAPITAL	1.688.491	7,11
Operações de Crédito	1.400.500	5,90
Transferências de Capital	286.250	1,21
Outras Receitas de Capital	1.741	0,01
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	907.665	3,82
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	63.000	0,27
Receita de Contribuições	826.465	3,48
Receita Patrimonial	1.700	0,01
Receita Industrial	16.500	0,07
RECEITA LIQUIDA	23.753.829	100,00

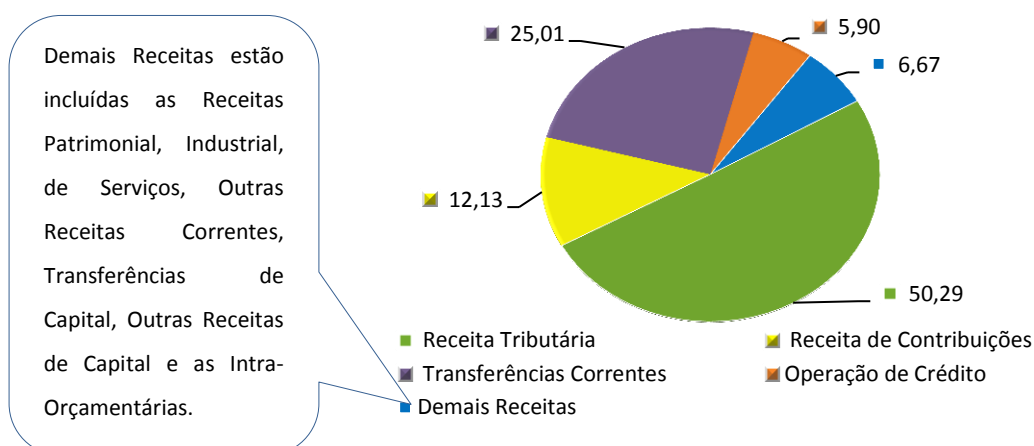
Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI.

Dedução para o FUNDEB R\$ 2.579.803.500, bilhões.

A receita prevista líquida não deduz a distribuição de receita com os municípios.

No gráfico 01 são evidenciadas a previsão das principais receitas, e as demais receitas.

Gráfico 01
Receita Prevista do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social %



1.2 Despesas Orçamentárias e Intraorçamentárias

As despesas do orçamento fiscal e da seguridade social para o exercício de 2022 foram fixadas no valor de R\$ 23,754 bilhões, distribuídas por categorias econômicas, consolidando os Órgãos dos Poderes Executivo, incluindo a Defensoria Pública, Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e Judiciário, incluindo o Ministério Público, conforme apresentado na tabela 02.

As despesas intraorçamentárias, modalidade 91, foi fixada em R\$ 908 milhões, sendo R\$ 823 milhões em Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 85 milhões em Outras Despesas Correntes.

Tabela 02

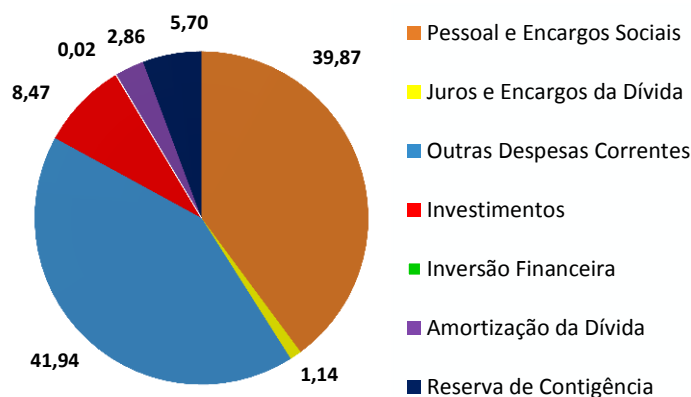
Despesa Fixada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social R\$ Mil

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESA FIXADA	PART. %
DESPESAS CORRENTES	19.705.475	82,96
Pessoal e Encargos Sociais	9.471.261	39,87
d/q modalidade 91	822.678	3,46
Juros e Encargos da Dívida	271.693	1,14
Outras Despesas Correntes	9.962.521	41,94
d/q modalidade 91	84.987	0,36
DESPESAS DE CAPITAL	2.695.568	11,35
Investimentos	2.011.385	8,47
Inversões Financeiras	5.025	0,02
Amortização da Dívida	679.158	2,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.352.786	5,70
d/q Reserva da Previdência	642.597	2,71
TOTAL DA DESPESA	23.753.829	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI
d/q = das quais

No gráfico 02, apresentamos a despesa fixada do orçamento fiscal e da seguridade social por grupo de despesa e percentual de participação.

Gráfico 02
Despesa Fixada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social %



Nota: Considerando a modalidade 91

1.3 Alterações Orçamentárias

No exercício financeiro de 2022, o governo realizou alterações no orçamento inicial, que representaram um acréscimo de 31,59%, conforme demonstrado na tabela 03 a seguir:

Tabela 03
Créditos Iniciais e Adicionais

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Mil
1. ORÇAMENTO INICIAL	23.753.829
2. Créditos Adicionais	18.913.288
2.1 Suplementares	18.851.753
2.2 Especiais	61.536
3. Créditos Anulados	11.409.294
3.1 Orçamentários e Suplementares	11.409.294
4. ORÇAMENTO AUTORIZADO (1+2-3)	31.257.823
ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO INICIAL (%)	31,59

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Na tabela 04, demonstram-se as alterações orçamentárias por grupo de despesa, evidenciando a variação entre o orçado inicial e o autorizado final. Destaca-se o grupo Inversões Financeiras, com a variação de 3.393,23% em relação ao crédito inicial, motivada pela autorização orçamentária para aporte no fundo garantido das Parcerias Público-Privadas - PPP.

Tabela 04
Demonstrativo de Alterações Orçamentárias por Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA	ORÇAMENTO INICIAL	CRÉDITOS			AUTORIZADO	R\$ Mil Var. %
		SUPLEMENTARES	ESPECIAIS	ANULADOS		
DESPESAS CORRENTES	19.705.475	13.975.116	37.794	7.005.529	26.712.856	35,56
Pessoal e Encargos	9.471.261	4.814.683	18.486	2.537.675	11.766.756	24,24
Juros e Encargos da Dívida	271.693	652.315	12	403.011	521.010	91,76
Outras Despesas Correntes	9.962.521	8.508.118	19.295	4.064.844	14.425.090	44,79
DESPESA DE CAPITAL	2.695.568	4.676.399	23.742	3.512.175	3.883.534	44,07
Investimentos	2.011.385	3.519.821	23.560	2.651.176	2.903.590	44,36
Inversões Financeiras	5.025	251.520	0	81.010	175.535	3.393,23
Amortização da Dívida	679.158	905.058	182	779.989	804.409	18,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.352.786	200.238	0	891.590	661.434	(51,11)
TOTAL	23.753.829	18.851.753	61.536	11.409.294	31.257.823	31,59

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

2. GESTÃO DA RECEITA

As receitas são representadas pelos recursos que ingressaram nos cofres públicos pela SEFAZ de forma centralizada e pelos Órgãos, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas dependentes do Governo do Estado, descentralizada.

2.1 Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias

A receita bruta realizada, neste exercício, foi de R\$32,579 bilhões. Considerando as deduções no montante de R\$ 3,216 bilhões, tem-se uma receita líquida de R\$ 29,363 bilhões que, comparada a receita prevista inicial de R\$ 23,754 bilhões, apresenta um superávit nominal de R\$ 5,609 bilhões ou 23,61%, conforme tabela 05.

As receitas correntes líquidas representam 92,37%, com R\$ 27,123 bilhões, considerando as intraorçamentárias com R\$ 974 milhões, sendo as receitas de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria as mais significativas, com R\$ 13,738 bilhões ou 46,79%, incluindo as intraorçamentárias.

Destaca-se, ainda, nesta categoria as Transferências Correntes líquidas com R\$ 8,463 bilhões ou 28,82% de participação.

As Receitas Intraorçamentárias foram na ordem de R\$ 974 milhões e consistem, principalmente, nas contribuições patronais dos servidores ativos civis e militares para o Regime Próprio de Previdência Social - Principal - Intra OFSS. Estas receitas são destacadas a fim de eliminar a dupla contagem no levantamento dos balanços e demais demonstrações contábeis, em atendimento a Portaria Interministerial STN/SOF nº 338, de 26 de abril de 2006.

Tabela 05
Demonstrativo da Receita por Categoria Econômica

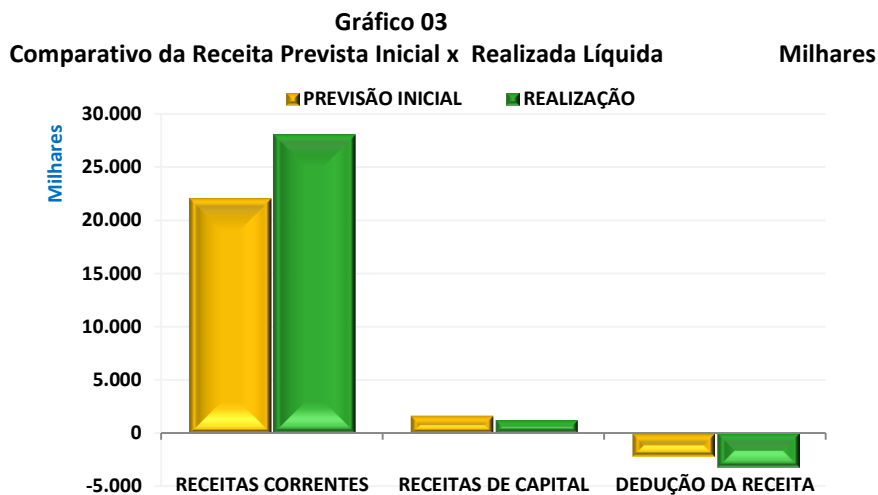
R\$ Mil

CATEGORIA ECONÔMICA/ORIGEM	PREVISÃO		ARRECADAÇÃO			Var. Rec. Inicial x Líquida	% de Var. Inicial x Líquida	% de Part. s/ Rec. Líquida
	INICIAL	ATUALIZADA	BRUTA	DEDUÇÃO	LÍQUIDA			
RECEITAS CORRENTES	21.157.673	26.095.038	30.339.405	3.216.244	27.123.162	5.965.489	28,20	92,37
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	11.945.194	13.529.557	15.904.969	2.167.280	13.737.689	1.792.495	15,01	46,79
De Contribuições	2.881.933	3.262.946	3.281.875	0,00	3.281.875	399.942	13,88	11,18
Patrimonial	118.951	673.480	1.076.618	0,00	1.076.618	957.667	805,09	3,67
Industrial	3.697	3.697	2.386	0,00	2.386	(1.311)	(35,45)	0,01
De Serviços	174.714	240.770	271.067	0,00	271.067	96.353	55,15	0,92
Transferências Correntes	5.941.419	8.221.270	9.510.506	1.047.932	8.462.574	2.521.155	42,43	28,82
Outras Receitas Correntes	91.765	163.318	291.985	1.032	290.953	199.188	217,06	0,99
RECEITAS DE CAPITAL	1.688.491	1.710.156	1.265.853	0,00	1.265.853	(422.638)	(25,03)	4,31
Operações de Crédito	1.400.500	1.420.500	1.161.073	0,00	1.161.073	(239.427)	(17,10)	3,95
Alienações de Bens	0,00	0,00	85	0,00	85	85	0,00	0,00
Transferência de Capital	286.250	287.915	102.649	0,00	102.649	(183.601)	(64,14)	0,35
Outras Receitas de Capital	1.741	1.741	2.046	0,00	2.046	305	17,51	0,01
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	907.665	941.942	973.894	0,00	973.894	66.229	7,30	3,32
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	63.000	63.000	42.726	0,00	42.726	(20.274)	(32,18)	0,15
Receita de Contribuições	826.465	860.742	903.497	0,00	903.497	77.032	9,32	3,08
Receita Patrimonial	1.700	1.700	1.540	0,00	1.540	(160)	(9,39)	0,01
Receita Industrial	16.500	16.500	23.510	0,00	23.510	7.010	42,48	0,08
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	2.621	0,00	2.621	2.621	0,00	0,01
TOTAL	23.753.829	28.747.136	32.579.152	3.216.244	29.362.909	5.609.080	23,61	100,00

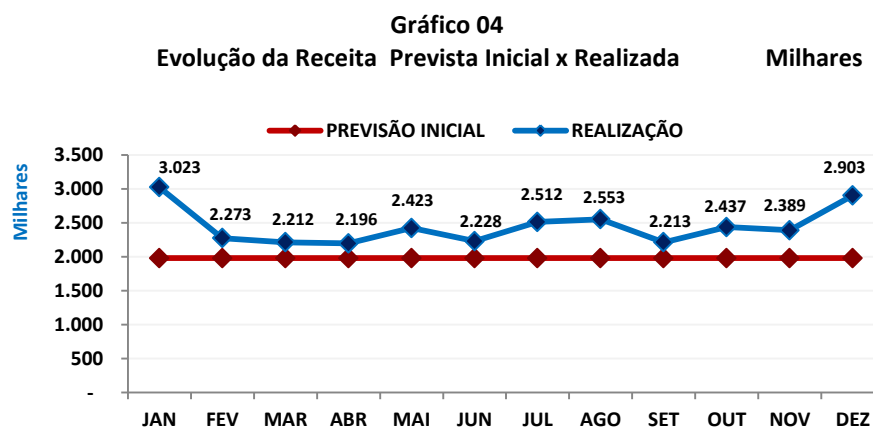
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Não deduz a distribuição de receita com os municípios.

O gráfico 03 faz um comparativo, por categoria econômica, das receitas previstas com as realizadas, evidenciando a dedução.



No gráfico 04, é apresentada a evolução da receita mensal, comparando a previsão inicial com a realização, já deduzidos os valores para compor o FUNDEB e outras deduções. Destaca-se o aumento da receita realizada no mês de janeiro, motivada, principalmente, pelo ingresso da Operação de Crédito PRODECAP 2021/2022, no montante de R\$ 1,100 bilhão.



No relatório de Evolução da Receita, em anexo, demonstra-se a receita realizada mensal de 2022, por natureza.

Na tabela 06, apresenta-se a evolução das receitas realizadas no período de 2018 a 2022, em valores correntes, com uma variação nominal positiva de 63,10% ante 2018, e 14,48% em relação a 2021, considerando as receitas intraorçamentárias e a dedução de receita.

No exercício de 2022 a dedução de receita representa o FUNDEB, com R\$ 3, 214 bilhões e demais deduções, com R\$ 2 milhões.

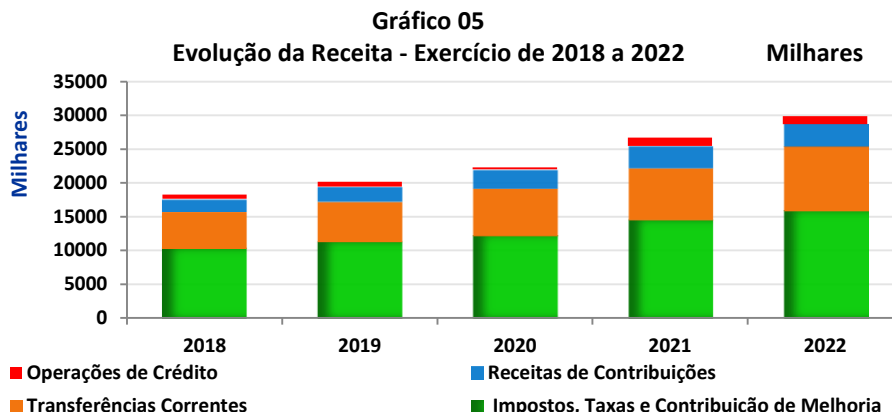
Tabela 06
Evolução da Receita – 2018 a 2022

CATEGORIA ECONÔMICA /ORIGEM	EXERCÍCIOS					R\$ Mil	
	2022	2021	2020	2019	2018	2022/ 2018	2022/ 2021
RECEITAS CORRENTES	30.339.405	26.076.861	22.517.843	20.407.224	18.522.622	63,80	16,35
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	15.904.969	14.611.855	12.312.390	11.392.932	10.405.002	52,86	8,85
Receita de Contribuições	3.281.875	3.305.900	2.756.518	2.131.067	1.805.890	81,73	(0,73)
Receita Patrimonial	1.076.618	230.466	130.829	167.907	230.616	366,84	367,15
Receita Industrial	2.386	2.936	2.215	3.053	1.870	27,62	(18,72)
Receita de Serviços	271.067	183.566	174.606	174.402	162.666	66,64	47,67
Transferências Correntes	9.510.506	7.560.605	6.919.712	5.902.467	5.427.881	75,22	25,79
Outras Receitas Correntes	291.985	181.531	221.573	635.397	488.697	(40,25)	60,85
RECEITAS DE CAPITAL	1.265.853	1.337.397	386.113	766.809	716.742	76,61	(5,35)
Operações de Crédito	1.161.073	1.198.327	278.895	704.314	629.902	84,33	(3,11)
Alienação de Bens	85	0	329	2.053	1.107	(92,30)	0,00
Amortização de Empréstimos	0	0	0	0	70	0,0	0,00
Transferência de Capital	102.649	137.329	76.232	49.178	46.054	122,89	(25,25)
Outras Receitas de Capital	2.046	1.741	30.657	11.265	39.609	(94,83)	17,51
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	973.894	1.043.087	2.197.211	887.369	735.025	32,50	(6,63)
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	42.726	51.298	37.184	31.008	30.113	41,88	(16,71)
De Contribuições	903.497	866.103	1.135.901	844.464	690.015	30,94	4,32
Patrimonial	1.540	1.728	1.916	2.072	2.280	(32,44)	(10,86)
Industrial	23.510	21.059	23.711	9.826	12.617	86,33	11,64
Outras Receitas Correntes	2.621	102.899	998.499	0	0	0,00	(97,45)
RECEITA BRUTA	32.579.152	28.457.345	25.101.167	22.061.403	19.974.389	63,10	14,48
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(3.216.244)	(2.804.803)	(2.222.723)	(2.129.123)	(1.956.070)	64,42	14,67
RECEITA LÍQUIDA	29.362.909	25.652.542	22.878.445	19.932.280	18.018.319	62,96	14,46

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Valores, não foram deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios.

No gráfico 05, é apresentada a evolução das principais receitas, nos últimos cinco exercícios.



Houve dedução de receita, neste exercício, no valor de R\$ 3,214 bilhões para compor o FUNDEB. A principal fonte foi o ICMS, com R\$ 2,102 bilhões, representando 65,40%, seguida do FPE, com R\$ 1,038 bilhão e participação de 32,30%.

Na tabela 07, demonstram-se as origens da receita que compõe o FUNDEB do período de 2018 a 2022. É importante destacar que a perda do FUNDEB, em 2022, foi na ordem de R\$ 1,284 bilhão que representa 39,94% da receita do Estado repassada ao fundo para compor o FUNDEB. O retorno de R\$ 1,930 bilhão não está incluído as remunerações ocorridas no exercício.

Tabela 07
Dedução da Receita para o FUNDEB – 2018 a 2022 R\$ Mil

FONTE	EXERCÍCIOS				
	2022	2021	2020	2019	2018
ICMS e Acessórias	2.101.813	1.957.928	1.626.194	1.511.133	1.391.443
IPVA e Acessórias	51.607	43.560	40.720	36.327	32.693
ITCMD e Acessórias	12.496	5.608	3.727	2.550	1.970
FPE	1.038.084	791.820	548.369	574.375	523.174
IPI	5.408	5.887	3.714	4.739	3.902
Lei Kandir	0,00	0,00	0,00	0,00	2.888
Auxilio Financeiro	4.440	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	3.213.848	2.804.803	2.222.723	2.129.124	1.956.070
Retorno do FUNDEB	1.930.153	1.706.618	1.354.600	1.335.257	1.225.985
PERDA DO FUNDEB	1.283.695	1.098.185	868.123	793.867	730.085

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

2.2 Receitas por Fonte de Recursos

A classificação orçamentária por fontes de recursos tem como objetivo identificar a origem de financiamento dos gastos públicos e seu gerenciamento.

Na tabela 08, apresenta-se a receita por fonte de recurso, comparando a receita líquida prevista com a realizada e seus percentuais de variação e participação, incluindo as remunerações ocorridas no exercício, já deduzidos os valores para compor o FUNDEB.

Destacamos os Recursos Ordinários, fonte 100, que representa, basicamente, a arrecadação de tributos estaduais, com R\$ 14,393 bilhões ou 49,02% de participação, seguido dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal- FPE, fonte 121, com R\$ 4,152 bilhões ou 14,14% de participação e os recursos do FUNDEB Estado, fonte 146, com R\$1,969 bilhão ou 6,70% de participação.

Tabela 08
Execução da Receita por Fonte de Recurso

CÓDIGO FONTE	FONTE DE RECURSO	RECEITA		PERCENTUAL %	
		PREVISTA	REALIZADA	VAR.	PART.
100	Recursos Ordinários	11.968.714	14.392.874	20,25	49,02
110	Recursos de Depósitos Judiciais da LC 151/2015	3.000	67.308	2.143,60	0,23
111	Acordos - RECOFARMA	20.000	25.074	25,37	0,09
112	Acordos - VISTEON	0,00	79	0,00	0,00
113	Acordos - MANAUS REFRIGERANTE	0,00	4	0,00	0,00
114	Acordos - PEPSI-COLA	0,00	444	0,00	0,00
115	Alienação de Bens	0,00	255	0,00	0,00
116	Contribuição P/ o Desenvolvimento do Ensino Superior	562.000	747.140	32,94	2,54
118	Recursos do FECOP	65.000	40.366	(37,90)	0,14
119	Outras Contribuições Decorrentes de Incentivos Fiscais e Extra	5.000	7.946	58,92	0,03
120	Transferências para Investimento em Desenvolvimento Social - AMBEV	7.000	6.336	(9,49)	0,02
121	Fundo de Part. dos Est. e do Distrito Federal - FPE	2.720.000	4.152.335	52,66	14,14
122	Apoio/Auxílio Financeiro ao Estado	0,00	25.163	0,00	0,09
130	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico -CIDE	8.000	11.797	47,47	0,04
140	Indenização P/Utilização de Rec. Hídricos e Exploração de Recursos Minerais	25.000	53.000	112,00	0,18
145	Recursos dos ROYALTIES sobre o Petróleo	290.000	540.225	86,28	1,84
146	Recursos do FUNDEB	1.608.000	1.968.585	22,42	6,70
150	Outras Transferências de Recursos Federais	25.500	30.830	20,90	0,10
156	Lei Complementar 176/2020	27.000	16.242	(39,84)	0,06
160	Recursos do FTI	1.383.000	1.589.557	14,94	5,41

170	Recursos do FMPES	139.000	166.237	19,60	0,57
201	Recursos Diretamente Arrecadados	299.781	490.624	63,66	1,67
202	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	63.041	42.853	(32,02)	0,15
203	Recursos Vinc. Trânsito - Multas de Trânsito do Art. nº 320 da Lei nº 9.503/1997	9.600	16.187	68,61	0,06
215	Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção (ADPF 568) - MAPA/INCRA/IBAMA	0,00	5.414	0,00	0,02
222	Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus - Recursos Vinculados	0,00	811	0,00	0,00
227	Recursos da Contribuição do Salário-Educação	66.285	69.506	4,86	0,24
231	Transferência Fundo a Fundo do SUS - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	457.163	592.904	29,69	2,02
232	Transferência Fundo a Fundo do SUS - Bloco Invest. na Rede de Serviços Públicos de Saúde	2.226	13.622	511,95	0,05
242	Transferências Fundo a Fundo FNAS - Bloco da Proteção Social Especial - SUAS	5	56	1.028,94	0,00
243	Transferências Fundo a Fundo do FNAS - Bloco de Financiamento da Gestão - SUAS - IGD	0,00	11.179	0,00	0,04
244	Transferência Fundo a Fundo do FNAS - Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	300	476	58,76	0,00
245	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do FNAS - Programas do SUAS	150	1.516	910,60	0,01
246	Complementação do FUNDEB	614.551	730.166	18,81	2,49
247	Recursos de Precatórios do FUNDEF	0,00	99.809	0,00	0,34
251	Transferências de Rec. do FNDE - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	39	81	107,24	0,00
252	Transferências do FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	52.177	41.511	(20,44)	0,14
253	Transferências do FNDE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	3.022	2.427	(19,69)	0,01
254	Transferências do FNDE - Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM URBANO	16	597	3.628,29	0,00
255	Transferências do FNDE - Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM CAMPO	49	959	1.857,15	0,00
256	Transferências do FNDE - Programa Brasil Alfabetizado - PBA	10	201	1.911,79	0,00
257	Transferências do FNDE - Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA	5	0,00	(100,00)	0,00
259	Outras Transferências de Recursos do FNDE	17.086	143.572	740,29	0,49
261	Fundo Financeiro - RPPS	772.666	840.217	8,74	2,86
262	Fundo Previdenciário - RPPS	678.597	812.211	19,69	2,77
263	Recursos da Cessão Onerosa do Bônus de Assinatura do Pré-Sal - Previdência	0,00	71.122	0,00	0,24
264	Fundo de Proteção Previdenciária dos Militares - FPPM	163.546	205.173	25,45	0,70
271	Operações de Crédito Internas	1.074.000	1.100.000	2,42	3,75
275	Operações de Crédito Externas	326.500	61.319	(81,22)	0,21
280	Convênios	245.758	73.864	(69,94)	0,25
285	Outras Fontes	19.731	50.057	153,70	0,17
290	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do FUNPEN	2.790	10.672	282,50	0,04
291	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do FAT	150	0,00	(100,00)	0,00
294	Transferência Especial da União	0,00	2.631	0,00	0,01
295	Transferências de Entidades Internacionais	0,00	29	0,00	0,00
296	Doações de Pessoas ou Inst. Priv. Nacionais	121	1.114	820,64	0,00
297	Doação p/ Programa Social de Desenvolvimento Humano	0,00	598	0,00	0,00
298	Transferências Fundo a Fundo Vinculadas à Segurança Pública	28.250	27.634	(2,18)	0,09
TOTAL		23.753.829	29.362.909	23,61	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Considerando as Receitas Intraorçamentárias e a dedução do FUNDEB.

2.3 Receitas Correntes

2.3.1 Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Na tabela 09, demonstram-se as receitas brutas, que totalizaram R\$ 15,905 bilhões no exercício de 2022, apresentando um superávit nominal de R\$ 1,293 bilhão em relação a 2021, ou 8,85%.

Considerando as deduções de receita, de R\$ 2,167 bilhões nesta origem, chega-se a uma receita tributária líquida de R\$ 13,738 bilhões (vide tabela 05).

Da receita de impostos, no montante de R\$ 15,750 bilhões, o ICMS é a fonte mais expressiva, com R\$ 13,996 bilhões e 88,00% de participação sobre o total.

Tabela 09
Comparativo da Receita de Impostos e Taxas Contribuição de Melhoria R\$ Mil

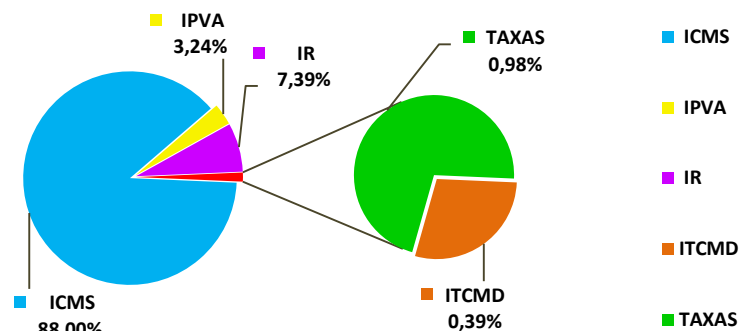
FONTE	ARRECADADO		%	
	2022	2021	PART.	VAR.
IMPOSTOS	15.749.787	14.505.231	99,02	8,58
IR Retido na Fonte	1.174.912	988.658	7,39	18,84
ICMS	13.996.288	13.052.901	88,00	7,23
IPVA	516.105	435.633	3,24	18,47
ITCMD	62.482	28.039	0,39	122,84
TAXAS	155.182	106.624	0,98	45,54
TOTAL	15.904.969	14.611.855	100,00	8,85

Fonte: AFI – Sistema de Administração Financeira

Nota 1: Valores brutos, não deduzido o FUNDEB e as participações dos Municípios.

No gráfico a seguir, são apresentadas as Receitas de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria e suas participações.

Gráfico 06
Demonstrativo da Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria %



Secretaria de Estado da Fazenda vem dando continuidade ao desenvolvimento de projetos voltados à modernização da administração tributária. Dentre as principais medidas tomadas destacam-se:

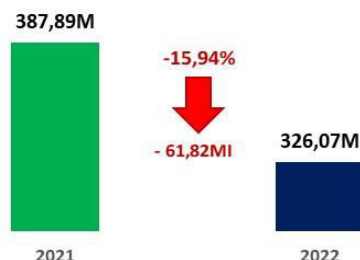
- Continuidade nas medidas de cobrança em tempo real, dando maior liquidez ao crédito tributário “novo” e consequentemente maior probabilidade de recuperação. Houve recuperação de aproximadamente 58,2% na quantidade total de débitos cobrados no exercício de 2022, divididos em ICMS e fundos e contribuições, que apresentaram o percentual de recuperação de 58,0% e 66,2% respectivamente;
- Em virtude da sistemática periódica de inscrição da D.A de débitos do IPVA lançado e não pago, a quantidade total de inscritos em dívida ativa foi de 93,15% relativo ao IPVA, o que significa 98.015 (noventa e oito mil e quinze) inscritos em 2022, em relação ao total arrecadado, a receita de dívida ativa do IPVA representa 22,72%;
- Para o ITCMD permaneceu a sistemática de utilização de informações de outros órgãos, como por exemplo, da Receita Federal, que propiciou um crescimento nas declarações em dinheiro, dando maior celeridade nos processos, contribuindo para o incremento de arrecadação de ITCMD da ordem de R\$ 34,4 milhões em 2022;

- Campanha Nota Fiscal Amazonense (NFA), implantada em agosto de 2015 pelo Governo do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda. O objetivo principal da campanha é tornar a exigência dos documentos fiscais eletrônicos um hábito por parte dos cidadãos, por meio de estímulo, na forma de premiações, aos consumidores e as entidades sociais sem fins lucrativos credenciadas, permitindo assim incentivar as empresas socialmente responsáveis, pelo destaque como participantes da campanha e pelo combate à concorrência desleal;
- Energia Elétrica, Combustível e Comunicação: Em 2022, por iniciativa do Governo Federal, foram aprovadas as Leis Complementares n°s 192 e 194/2022, que reduzam a alíquota de ICMS para 18% de combustível, energia elétrica e comunicação, a partir do mês de julho/2022. Embora a vigência da lei tenha iniciado a partir de julho/2022, o efeito da queda da arrecadação refletiu significativamente a partir do mês de setembro para os subsetores de comunicação e energia elétrica. Para o subsetor de combustível, a queda deverá ser observada com maior impacto no ano de 2023, sendo que, tal efeito ocorreu principalmente por causa da sistemática e prazos do regime de apuração e ressarcimentos represados que ainda não foram utilizados pelos contribuintes.

Com a medida, estima-se uma perda anual aproximada de 1,4 bilhão anual, representando uma queda aproximada de 39% na arrecadação do ICMS sobre esses itens.



Comunicação



Na tabela 10 e gráfico 07, é apresentada a arrecadação do ICMS por setor econômico.

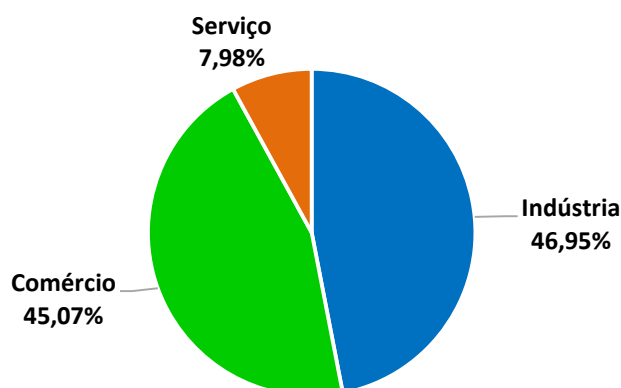
Tabela 10
Comparativo da Receita de ICMS por Setor Econômico

SETOR ECONÔMICO	RECEITA	% PARTICIPAÇÃO
Indústria	6.571.079	46,95
Comércio	6.308.256	45,07
Serviço	1.116.953	7,98
TOTAL	13.996.288	100,00

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

As empresas incentivadas do Polo Industrial de Manaus (PIM) registraram faturamento de R\$ 161,5 bilhões até novembro 2022, representa aumento de 7,97% em relação a igual intervalo de 2021 (R\$ 149,57 bilhões). Em dólar, o faturamento do PIM até novembro foi de US\$ 31.56 bilhões, indicando crescimento de 13,55% ante o mesmo período de 2021 (US\$ 27.79 bilhões). Segmentos de grande representatividade no PIM em termos de faturamento, investimentos e geração de empregos tiveram resultados positivos no período de janeiro a novembro de 2022. São os casos, por exemplo, dos setores Eletroeletrônico (incluindo Bens de Informática), com faturamento de R\$ 78,05 bilhões e crescimento de 8,37%; Duas Rodas, com faturamento de R\$ 24,27 bilhões e crescimento de 30,2%; Químico, com faturamento de R\$ 13,57 bilhões e crescimento de 11,62%; Termoplástico, com faturamento de R\$ 13,94 bilhões e crescimento de 6,14%; e Metalúrgico, com faturamento de R\$ 12,65 bilhões e crescimento de 2,18%.

Gráfico 07
Receita de ICMS por Setor Econômico %



Demonstra-se na tabela 11 e gráfico 08 a evolução das receitas de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria, em valores correntes, no período de 2018 a 2022, que apresentou uma variação nominal positiva de 52,86% ante 2018 e 8,85% ante 2021.

A receita do ICMS de 2022 apresentou um acréscimo nominal comparado a 2021 de R\$ 943 milhões, representando 7,23% e comparado a 2018 de R\$ 4,720 bilhões, representando 50,88%.

Na receita do IPVA de 2022, o acréscimo nominal comparado a 2021 foi de R\$ 80 milhões, o que evidencia uma variação nominal positiva de 18,47%. Em relação a 2018 o crescimento nominal foi de R\$ 189 milhões, representando uma variação nominal de 57,85%.

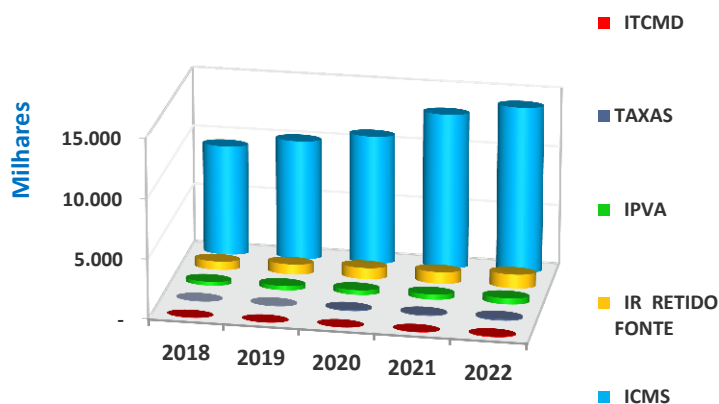
Tabela 11
Evolução da Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria – 2018 a 2022 R\$ Mil

FONTE	EXERCÍCIOS					PART. %	VAR. %	
	2022	2021	2020	2019	2018		2022/ 2018	2022/ 2021
IMPOSTOS	15.749.787	14.505.231	12.213.187	11.312.650	10.334.307	99,02	52,40	8,58
IR RETIDO FONTE	1.174.912	988.658	946.088	862.344	721.168	7,39	62,92	18,84
ITCMD	62.482	28.039	18.633	12.748	9.849	0,39	534,37	122,84
IPVA	516.105	435.633	407.239	363.303	326.968	3,24	57,85	18,47
ICMS	13.996.288	13.052.901	10.841.228	10.074.255	9.276.322	88,00	50,88	7,23
TAXAS	155.182	106.624	99.203	80.281	70.695	0,98	119,51	45,54
TOTAL	15.904.969	14.611.855	12.312.390	11.392.932	10.405.002	100,00	52,86	8,85

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

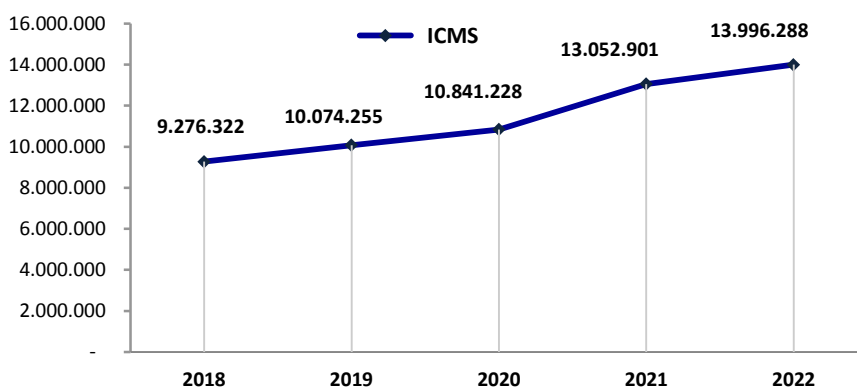
Nota 1: Valores Brutos, não deduzido o FUNDEB e as participações constitucionais e legais dos Municípios.

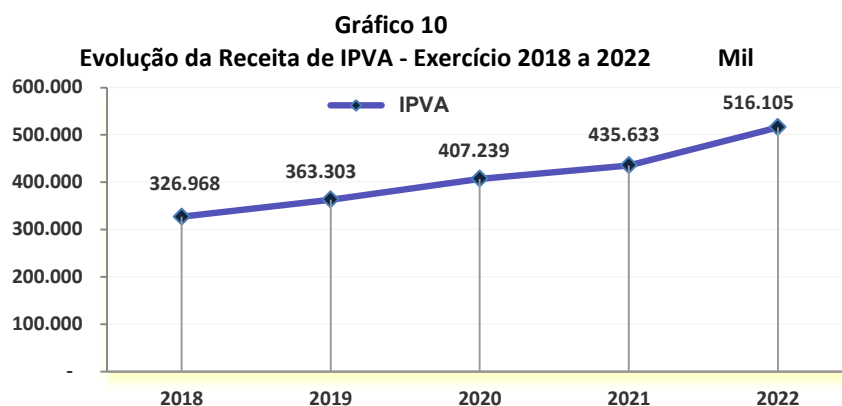
Gráfico 08
Evolução da Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria - 2018 a 2022



Nos gráficos 09 e 10, apresenta-se a evolução das duas principais receitas de competência do Estado, ICMS e IPVA arrecadadas no período de 2018 a 2022, em valores correntes.

Gráfico 09
Evolução da Receita de ICMS – Exercício 2018 a 2022 **Mil**





2.3.2 Transferências Correntes

As Transferências Correntes são compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, dos municípios e suas entidades, de instituições privadas, de outras instituições públicas – FUNDEB, do exterior, de pessoas e de convênios de instituições privadas. A receita realizada, neste exercício, foi de R\$ 9,511 bilhões que comparada a 2021 houve um acréscimo nominal de R\$ 1,949 bilhão, ou 25,78%. A tabela 12 demonstra a origem desses recursos e compara com o exercício anterior.

A cota-parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE com R\$ 5,190 bilhões representa 54,58% do total das transferências, com acréscimo nominal de R\$ 1,231 bilhão, equivalente a uma variação de 31,10% ante 2021.

As Transferências de Outras Instituições Públicas demonstram os valores recebidos pelo Estado a título de retorno do FUNDEB, tiveram participação de 20,29%, apresentando uma variação nominal ante 2021 de R\$ 224 milhões, equivalente a 13,10%.

Tabela 12
Transferências Correntes

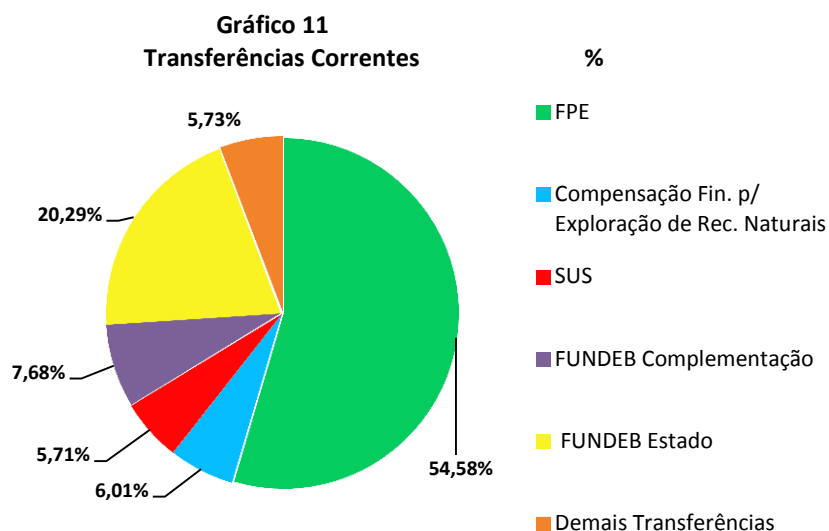
R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO			%	
	2022	2021	PART.	VAR.
Transferências da União	7.548.234	5.817.546	79,37	29,75
Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados e DF.- F.P.E.	5.190.418	3.959.099	54,58	31,10
Cota-parte do Imposto s/ Produtos Industrializados - I.P.I.	36.050	39.247	0,38	(8,15)
Cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico -CIDE	10.437	6.690	0,11	56,01
Cota-Parte do Imp. s/ Op. Crédito, Câmbio e Seguro....- IOF	187	155	0,00	20,88
Transferências de Compensação Financeira pela Exploração de Rec. Naturais	571.687	419.491	6,01	36,28
Transferências de Recursos do SUS - Bloco Custeio das Ações e Serv. De Saúde	542.820	612.608	5,71	(11,39)
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. Da Educação - FNDE	230.928	105.052	2,43	119,82
Transferências de Recurso de Complementação União - FUNDEB	730.166	598.340	7,68	22,03
Transferências de Recursos do FNAS	10.291	313	0,11	3.187,93
Transferências de Convênios da União e suas Entidades	4.382	8.812	0,05	(50,27)
Transferência Fundo a Fundo de Recursos do FUNPEN	4.299	1.199	0,05	258,59
Transferência decorrente de Decisão Judicial - Precatório FUNDEF	98.799	0,00	1,04	0,00
Auxílio Financeiro - Outorga de Crédito Tributário	29.603	0,00	0,31	0,00
Outras Transferências da União	88.166	66.540	0,93	32,50
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	458	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	29.723	35.548	0,31	(16,39)
Transferências de Outras Inst. Públicas - FUNDEB	1.930.153	1.706.618	20,29	13,10
Transferências do Exterior	0,00	435	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.396	0,00	0,03	0,00
TOTAL	9.510.506	7.561.040	100,00	25,78

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota 1: Valores Brutos, não deduzido o FUNDEB e as participações dos Municípios.

No gráfico 11, apresentam-se as principais participações de transferências correntes da União e seus percentuais de participação.



Na tabela 13, são demonstradas as Transferências de Convênios da União e suas Entidades no exercício de 2022, totalizando R\$ 4 milhões, já acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras. As maiores participações foram da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas com 26,83%, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, com 19,76% e a Universidade do Estado do Amazonas, com 17,55% que somadas correspondem a 64,14% do total.

Tabela 13
Transferências Correntes de Convênios da União e suas Entidades

		R\$ Mil	
ÓRGÃO	VALOR	PART. %	
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS	17	0,38	
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS	866	19,76	
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA	427	9,76	
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO, ECÔNOMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	132	3,01	
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	769	17,55	
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO AMAZONAS	1.176	26,83	
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	466	10,64	
EMPRESA ESTADUAL DE TURISMO	0	0,00	
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO A	17	0,39	
FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL "DOUTOR HEITOR VIEIRA DOURADO"	99	2,25	
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	51	1,17	
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO	251	5,72	
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA	42	0,97	
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE	37	0,85	
FUNDAÇÃO CENTRO DE CONTROLE DE ONCOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS	22	0,50	
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO AMAZONAS	8	0,19	
FUNDAÇÃO DE DERMATOLOGIA TROPICAL E VENERELOGIA "ALFREDO DA MATTA"	0	0,00	
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2	0,04	
TOTAL	4.382	100,00	

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

2.4 Receitas de Capital

Na tabela 14, apresentam-se as Receitas de Capital arrecadadas pelo Estado, que totalizaram R\$ 1,266 bilhão, apresentando uma variação negativa de 5,35% em relação a 2021.

No exercício de 2022, as Receitas de Operações de Créditos, ou seja, recursos a título oneroso, recebidos para custear os investimentos do Estado, totalizaram R\$ 1,161 bilhão, com participação

de 91,72% do total das receitas de capital, apresentando uma variação negativa de 3,11% em relação a 2021.

As receitas de Transferências de Capital constituídas de Transferências Intergovernamentais recebidas da União e de suas entidades a título de convênios, totalizaram R\$ 103 milhões, com participação de 8,11% do total das receitas de capital e variação de negativa de 25,25% ante 2021.

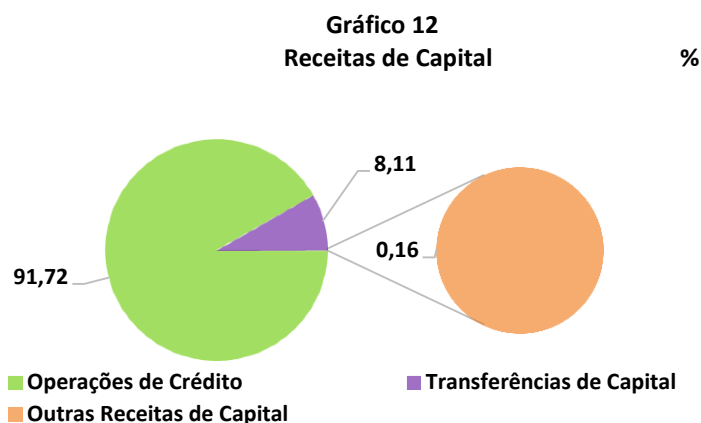
As Outras Receitas de Capital totalizaram R\$ 2 milhão, com participação de 0,16% do total das receitas de capital, apresentando uma variação positiva de 17,51% ante 2021.

Tabela 14
Receitas de Capital **R\$ Mil**

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO		%	
	2022	2021	PART.	VAR.
Operações de Crédito	1.161.073	1.198.327	91,72	(3,11)
Alienação de Bens Móveis	85	0,00	0,01	0,00
Transferências de Capital	102.649	137.329	8,11	(25,25)
Outras Receitas de Capital	2.046	1.741	0,16	17,51
TOTAL	1.265.853	1.337.397	100,00	(5,35)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 12, são apresentadas as Receitas de Capital e seus percentuais de participação.



2.4.1 Operações de Crédito

Na tabela 15 a seguir, demonstram-se as operações de crédito recebidas pelo Estado em 2022, que totalizaram R\$ 1,161 bilhão. As operações internas, contratadas através do Banco do Brasil – BB, somaram R\$ 1.100 bilhão, com participação de 94,74%, as externas, contratadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, somaram R\$ 61 milhões, com participação de 5,26% sobre o total de receita desta fonte.

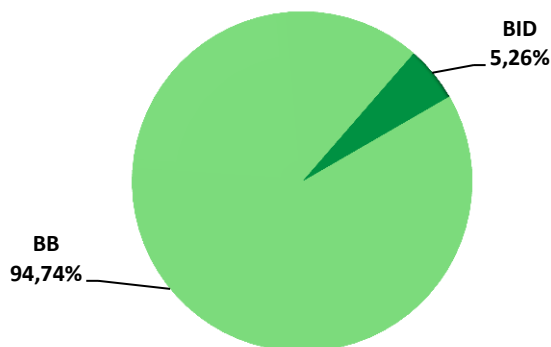
Tabela 15
Demonstrativo de Operações de Crédito

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	CREDOR	VALOR	R\$ Mil PART. %
INTERNA		1.100.000	94,74
OPER CRED INT - PRODECAP 2021/2022	BB	1.100.000	94,74
EXTERNA		61.073	5,26
Programa de Aceleração do Desenv. da Educação do Amazonas	BID	24.638	2,12
PROSAMIN +	BID	36.435	3,14
TOTAL		1.161.073	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 13, apresentam-se as operações de crédito recebidas por credor.

Gráfico 13
Operações de Créditos por Agente Financeiro %



2.4.2 Transferências de Capital

Na tabela 16, demonstram-se os convênios recebidos da União e suas entidades, em 2022, pelos órgãos da administração estadual, já acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira, os quais totalizaram R\$ 69 milhões. Destacam-se as participações da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA, que recebeu R\$ 34 milhões ou 48,67% de participação, a Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHMOAM, com R\$ 11 milhões ou 15,79% e a Secretaria de Segurança Pública, com 9 milhões ou 12,88%, os quais correspondem a 77,34% do total repassado pela União.

Tabela 16
Transferências de Capital (Convênios da União e suas Entidades) **MIL**

ÓRGÃO	VALOR	PART. %
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS	33.603	48,67
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	8.892	12,88
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO AMAZONAS	10.898	15,79
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	1.598	2,31
EMPRESA ESTADUAL DE TURISMO	1.014	1,47
FUNDAÇÃO CENTRO DE CONTROLE DE ONCOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS	2.323	3,37
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS	81	0,12
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO	1.865	2,70
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO AMAZONAS-ADAF	1.101	1,60
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS	30	0,04
FUNDAÇÃO HOSPITAL "ADRIANO JORGE"	1	0,00
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	8	0,01
SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL	668	0,97
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	54	0,08
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	60	0,09
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS	44	0,06
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA	24	0,03
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAZONAS	6.413	9,29
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA	287	0,42
FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL "DOUTOR HEITOR VIEIRA DOURADO"	74	0,11
TOTAL	69.039	100

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

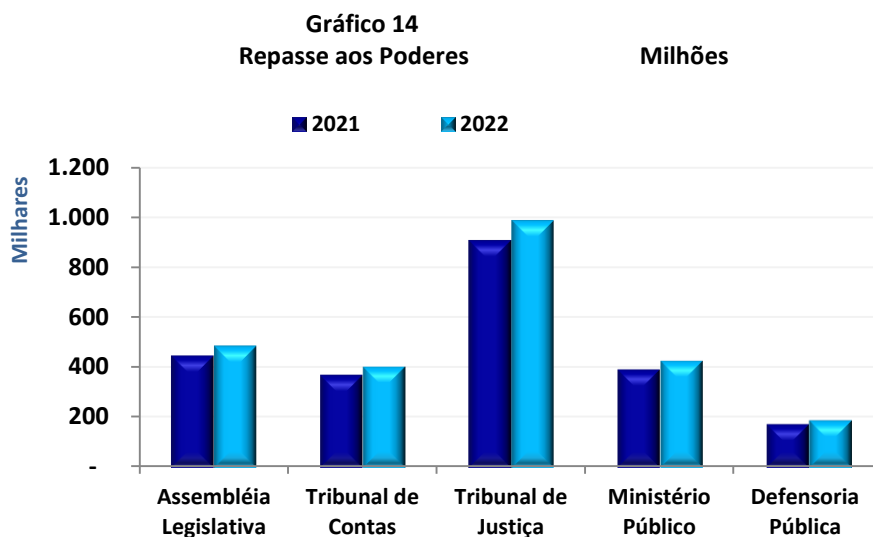
2.5 Repasse aos Poderes

No exercício de 2022, foi repassado aos Poderes, incluindo o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas do Estado, o total de R\$ 2,498 bilhões que, comparado com o exercício de 2021, apresentou uma variação nominal positiva de R\$ 199 milhões equivalente a 8,68% do total repassado, conforme demonstramos na tabela 17 e gráfico 14.

Tabela 17
Repasse aos Poderes **R\$ Mil**

ORGÃO	2022	2021	VARIAÇÃO
Assembleia Legislativa	487.301	448.402	8,68
Tribunal de Contas	404.103	371.845	8,68
Tribunal de Justiça	987.676	908.833	8,68
Ministério Público	427.874	393.718	8,68
Defensoria Pública	190.166	174.986	8,68
TOTAL	2.497.121	2.297.784	8,68

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI





2.6 Renúncia Fiscal

Na tabela 18, é demonstrada a Renúncia Fiscal no exercício de 2022, que totalizou R\$ 16,146 bilhões. Destaca-se a renúncia decorrente da Lei nº 2.826/2003, com R\$ 14,259 bilhões e participação de 88,32% do total.

Este modelo instituído pela ZFM representa, em termos de recursos fiscais, 53,57% em relação à arrecadação total do ICMS, que corresponde ao valor arrecadado no exercício de 2022 de R\$ 13,996 bilhões mais o valor das renúncias de R\$ 16,146 bilhões, totalizando R\$ 30,142 bilhões.

Tabela 18
Demonstrativo da Renúncia Fiscal

		R\$ Mil
BASE LEGAL	VALOR	PART. %
Lei nº 2.826 de 2003	14.259.426	88,32
Dec. N 30.918/11	684.616	4,24
Decreto nº 20.686 de 1999	447.474	2,77
LC nº 19 de 19/97	399.710	2,48
Decreto nº 46.268/22	74.682	0,46
Decreto nº 45.186/22	68.988	0,43
Decreto nº 38.932 de 2018	62.874	0,39
Decreto 41.264/2019	39.288	0,24
Lei nº 3.430/09	35.977	0,22
Lei nº 4.719 de 2018	25.020	0,15
Lei nº 3.830 de 2012	23.071	0,14
Lei nº 3.748 de 2012	10.053	0,06
Lei nº 5.636/2021	6.899	0,04
Decreto nº 43.354/2021	2.790	0,02
Lei Promulgada nº 203 de 2014	1.937	0,01
Lei nº 3.781 de 2012	1.275	0,01
Decreto nº 38.558 de 2017	739	0,00
Lei nº 3.970 de 2013	440	0,00
Lei nº 3.824 de 2012	158	0,00
Decreto nº 43.226/2020	80	0,00
Lei nº 5.511/2021	50	0,00
Lei nº 5.284 de 2020	2	0,00
Decreto nº 43.273/2021	1	0,00
TOTAL	16.145.549	100,00

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

3. GESTÃO DA DESPESA

A Despesa Orçamentária, também denominada Despesa Pública, representa o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para os investimentos e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

3.1 Despesa Orçamentária

Segundo a sua natureza, as despesas orçamentárias podem ser classificadas por categoria econômica e por grupos de despesa, conforme tabela 19. A despesa autorizada final ficou em R\$ 31,258 bilhões, alterada em R\$ 7,504 bilhões em relação à dotação inicial, representando um acréscimo de 31,59% do total fixado inicialmente.

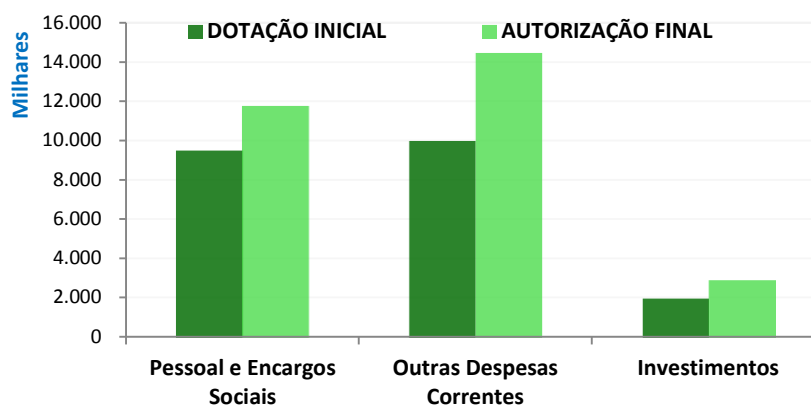
Tabela 19
Despesa Autorizada Final por Categoria Econômica

				R\$ Mil
CATEGORIA ECONOMICA	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	Part %
DESPESAS CORRENTES	19.705.475	7.007.381	26.712.856	85,46
Pessoal e Encargos Sociais	9.471.261	2.295.495	11.766.756	37,64
d/q modalidade 91	822.678	113.321	935.999	2,99
Juros e Encargos da Dívida	271.693	249.316,88	521.010	1,67
Outras Despesas Correntes	9.962.521	4.462.569	14.425.090	46,15
d/q modalidade 91	84.987	(8.000)	76.986	0,25
DESPESAS DE CAPITAL	2.695.568	1.187.966	3.883.534	12,42
Investimentos	2.011.385	892.205	2.903.590	9,29
Inversões Financeiras	5.025	170.510	175.535	0,56
Amortizações da Dívida	679.158	125.251	804.409	2,57
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	1.352.786	(691.352)	661.434	2,12
d/q Reserva da Previdência	642.597	0	642.597	2,06
TOTAL	23.753.829	7.503.994	31.257.823	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No gráfico 15, demonstramos os grupos de despesas mais expressivos, comparando o orçado inicial com o Autorizado Final.

Gráfico15
Comparativo da Dotação Inicial x Autorizada Final por Grupo de Despesa Milhões



Na tabela 20, é demonstrada a despesa autorizada final por função, com as alterações ocorridas no exercício e percentual de participação de cada uma, destacando-se as funções que tiveram maiores alterações orçamentárias: Saúde com R\$ 1,807 bilhão, Educação com R\$ 1,369 bilhão, Previdência Social com R\$ 1,312 bilhão e Encargos Especiais com R\$ 945 milhões.

Tabela 20
Despesa Autorizada Final por Função

					R\$ Mil
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART. %
1	Legislativa	785.213	117.557	902.770	2,89
2	Judiciária	951.618	196.450	1.148.067	3,67
3	Essencial à Justiça	468.469	57.096	525.565	1,68
4	Administração	609.268	354.526	963.794	3,08
6	Segurança Pública	2.384.969	471.757	2.856.726	9,14
8	Assistência Social	606.336	98.236	704.572	2,25
9	Previdência Social	1.706.258	1.312.355	3.018.613	9,66
10	Saúde	2.872.703	1.807.292	4.679.995	14,97
11	Trabalho	150	6	156	0,00
12	Educação	3.983.344	1.368.885	5.352.229	17,12
13	Cultura	112.420	231.547	343.967	1,10
14	Direitos da Cidadania	610.136	420.043	1.030.179	3,30
15	Urbanismo	60.596	567.862	628.458	2,01
16	Habitação	26.728	76.062	102.790	0,33
17	Saneamento	346.488	257.745	604.233	1,93
18	Gestão Ambiental	102.804	68.454	171.258	0,55
19	Ciência e Tecnologia	105.221	5.851	111.072	0,36
20	Agricultura	253.124	99.036	352.160	1,13
21	Organização Agrária	15.857	126.474	142.331	0,46
23	Comércio e Serviços	108.154	123.845	231.999	0,74
24	Comunicações	112.618	56.661	169.279	0,54
25	Energia	3.000	(3.000)	0	0,00
26	Transporte	1.294.274	(613.951)	680.323	2,18
27	Desporto e Lazer	26.310	50.006	76.316	0,24
28	Encargos Especiais	4.854.985	944.550	5.799.535	18,55
99	Reserva de Contingência	1.352.786	(691.352)	661.434	2,12
TOTAL GERAL		23.753.829	7.503.994	31.257.823	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

As maiores participações ficaram com as funções Encargos Especiais – 18,55%, Educação – 17,12%, Saúde – 14,97%, Previdência Social - 9,66% e Segurança Pública – 9,14% correspondendo a 69,45%

do total autorizado. Os Encargos Especiais são, basicamente, responsáveis pelas transferências constitucionais e legais aos Municípios, serviço da dívida pública e precatórios.

3.2 Execução da Despesa

A despesa empenhada no exercício de 2022 totalizou R\$ 29,111 bilhões que, comparada à autorizada final, resultou em uma economia orçamentária de R\$ 2,147 bilhões, representando 6,87% do total da despesa, conforme demonstrado na tabela 21.

3.2.1 Despesas Correntes

Segundo o MCASP 9ª edição, “Despesas Correntes são aquelas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital”.

Nesta categoria, estão os grupos de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes, totalizando R\$ 26,078 bilhões, representando 89,58% do total da despesa empenhada.

O grupo “Pessoal e Encargos Sociais” representa os ativos, inativos e pensionistas, com R\$ 11,717 bilhões de gastos neste exercício, equivalente a 40,25% do total das despesas empenhadas, sendo R\$ 10,125 bilhões ou 86,42% do Poder Executivo, incluindo a Defensoria Pública, R\$ 506 milhões ou 4,32% do Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado e R\$ 1,085 bilhão ou 9,26% do Poder Judiciário, incluindo o Ministério Público.

O grupo “Juros e Encargos da Dívida” representa 1,74% , com R\$ 507 milhões de gastos no Poder Executivo, são as despesas com o pagamento de juros e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como de dívida pública mobiliária.

O grupo Outras Despesas Correntes, com gastos de R\$ 13,855 bilhões, representa 47,59% do total da despesa empenhada, sendo R\$ 13,166 bilhões ou 95,03% do Poder Executivo, incluindo a Defensoria Pública, R\$ 320 milhões ou 2,31% do Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado e R\$ 369 milhões ou 2,66% do Poder Judiciário, incluindo o Ministério Público. Este grupo faz frente à manutenção e funcionamento da máquina administrativa estadual.

Destacam-se ainda as despesas empenhadas na modalidade 91, da ordem de R\$ 1,007 bilhão, sendo evidenciadas na rubrica Pessoal e Encargos com R\$ 934 milhões e Outras Despesas Correntes com R\$ 73 milhões. Essa modalidade foi criada para evidenciar as despesas entre órgãos da mesma esfera de governo, resultando em uma receita intraorçamentária no órgão recebedor.

3.2.2 Despesas de Capital

Segundo o MCASP 9ª edição, “Despesas de Capital são as aquelas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital”. As Despesas de Capital têm como um dos objetivos promover investimentos para o desenvolvimento econômico. Estas despesas foram da ordem de R\$ 3,033 bilhões, representando 10,42% do total das despesas empenhadas.

O grupo de investimentos, segundo o MCASP 9ª edição, são despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização, das mesmas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. Neste grupo, o Governo do Amazonas empenhou R\$ 2,105 bilhões, com participação de 7,23 % do total da despesa, sendo R\$ 2,042 bilhões ou 97,01% do Poder Executivo, incluindo a Defensoria Pública, R\$ 5 milhões ou 0,24% do Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado e R\$ 58 milhões ou 2,75% do Poder Judiciário, incluindo o Ministério Público.

Já o grupo Inversões Financeiras, segundo o MCASP, são despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;

e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis. Neste grupo foram empenhadas despesas, na ordem de R\$ 176 milhões, equivalente a 0,60% da despesa total empenhada.

O grupo Amortização da dívida com R\$ 752 milhões e 2,58% de participação, representa as despesas do Poder Executivo com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Tabela 21
Despesa Autorizada com a Despesa Empenhada

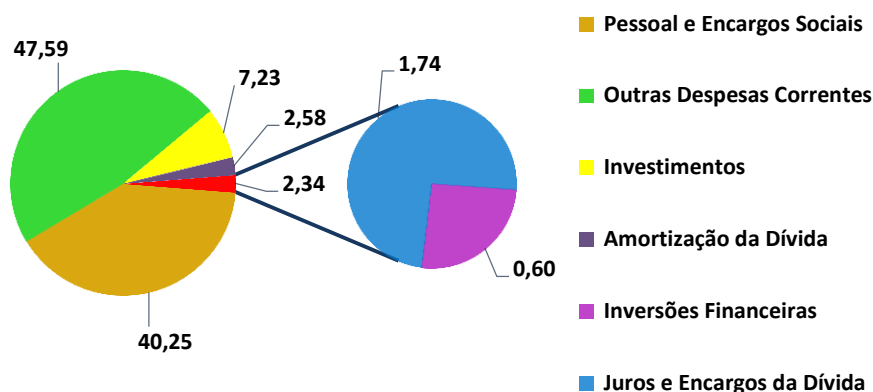
CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EMPENHADA	R\$ Mil	
			ECONOMIA %	PART. %
DESPESAS CORRENTES	26.712.856	26.078.344	2,38	89,58
Pessoal e Encargos Sociais	11.766.756	11.716.697	0,43	40,25
d/q modalidade 91	935.999	933.799	0,24	3,21
Juros e Encargos da Dívida	521.010	506.575	2,77	1,74
Outras Despesas Correntes	14.425.090	13.855.072	3,95	47,59
d/q modalidade 91	76.986	73.331	4,75	0,25
DESPESAS DE CAPITAL	3.883.534	3.032.638	21,91	10,42
Investimentos	2.903.590	2.104.731	27,51	7,23
Inversões Financeiras	175.535	175.520	0,01	0,60
Amortização da Dívida	804.409	752.387	6,47	2,58
Reserva de Contingência	661.434	0,00	0,00	0,00
d/q Reserva Previdenciária	642.597	0,00	0,00	0,00
TOTAL	31.257.823	29.110.982	6,87	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 16, apresentamos as despesas empenhadas por grupo e seus percentuais de participação.

Gráfico 16
Despesa Empenhada por Grupo

Percentual



3.3 Comparativo da Despesa Empenhada

Na tabela 22, é apresentada a despesa empenhada por categoria econômica e grupo de despesa, comparando os exercícios de 2021 e 2022 houve um acréscimo nominal de R\$ 4,232 bilhões ou 17,01%.

Os grupos Juros e Encargos da Dívida e Inversão Financeira, tiveram as maiores variações ante 2021, de 147,77% e 1,360,96% respectivamente, ocasionadas pelo pagamento de juros e encargos de duas novas operações de crédito interna e externa, contratadas no final do exercício de 2021, bem como pela variação da taxa de juros brasileira (de 9,25% para 13,75%) e norte americana (de 0,25 para 4,50%) no final de cada exercício, respectivamente, já grupo Inversões Financeira foi gerada, principalmente, pelo reflexo do aporte de capital na ordem de R\$ 150, milhões ao fundo garantidor das Parcerias Público Privada – PPP.

Tabela 22
Comparativo da Despesa Empenhada por Categoria Econômica R\$ Mil

CATEGORIA ECONÔMICA	2022	2021	VAR. %
	EMPENHADA	EMPENHADA	
DESPESAS CORRENTES	26.078.344	22.592.304	15,43
Pessoal e Encargos Sociais	11.716.697	10.658.908	9,92
d/q modalidade 91	933.799	854.318	9,30
Juros e Encargos da Dívida	506.575	204.454	147,77
Outras Despesas Correntes	13.855.072	11.728.942	18,13
d/q modalidade 91	73.331	192.506	(61,91)
DESPESAS DE CAPITAL	3.032.638	2.286.267	32,65
Investimentos	2.104.731	1.509.161	39,46
Inversões Financeiras	175.520	12.014	1.360,96
Amortização da Dívida	752.387	765.091	(1,66)
TOTAL	29.110.982	24.878.571	17,01

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 17, é apresentada a despesa empenhada por grupo, comparando os exercícios de 2021 e 2022.



3.4 Despesa Empenhada por Grupo

3.4.1 Pessoal e Encargos Sociais

Na tabela 23, são apresentadas as despesas de pessoal por elemento. Os mais relevantes foram os vencimentos e vantagens fixas de pessoal civil, com R\$ 5,318 bilhões, ou 45,38%, as aposentadorias do regime próprio de Previdência Social, com R\$ 2,214 bilhões, ou 18,90%, os vencimentos e vantagens fixas de Pessoal Militar, com R\$ 1,257 bilhão, ou 10,73% e as Obrigações Patronais, com R\$ 1,045 bilhão, ou 8,92%, que somados totalizam R\$ 9,834 bilhões, ou 83,93% do total das despesas empenhada com Pessoal e Encargos Sociais.

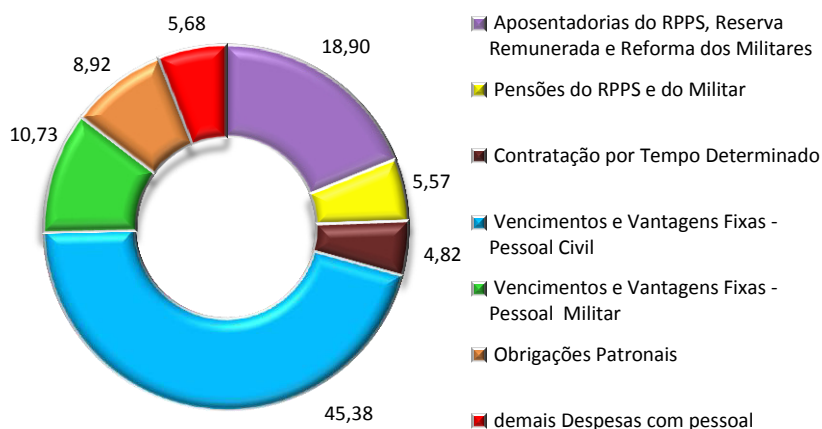
Tabela 23
Demonstrativo de Despesa de Pessoal e Encargos Sociais por Elemento

		R\$ Mil	
DESCRIÇÃO	2022	% Part.	
Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma dos Militares	2.214.385	18,90	
Pensões do RPPS e do Militar	652.456	5,57	
Contratação por Tempo Determinado	564.193	4,82	
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.317.609	45,38	
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	1.256.712	10,73	
Obrigações Patronais	1.045.413	8,92	
Demais Despesas com pessoal	665.930	5,68	
TOTAL	11.716.697	100,00	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 18, são apresentados os principais elementos de despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

Gráfico 18
Demonstrativo de Despesa com Pessoal e Encargos Sociais %



3.4.1.1 Pessoal e Encargos Sociais por Fonte/Destinação de Recursos

Segundo o MCASP 9ª edição, denomina-se Fonte de Recurso a cada agrupamento de receitas que possui as mesmas normas de aplicação. A fonte, nesse contexto, é instrumento de gestão da receita e da despesa ao mesmo tempo, pois tem como objetivo assegurar que determinadas receitas sejam direcionadas para financiar atividades (despesas) governamentais em conformidade com as leis que regem o tema.

É importante saber que controle de fonte de recurso se dá por meio dos SIAFIC adotados pelos entes. No Estado do Amazonas, é realizada pelo Sistema de Administração Financeira Integrada – AFI, que controla de forma eficaz e eficiente todas as fontes de recursos utilizadas no Estado.

Na tabela 24, é demonstrada a despesa com Pessoal e Encargos Sociais por fonte de recurso. As fontes de valores mais expressivos são os Recursos Ordinários, proveniente de arrecadação de tributos estaduais com R\$ 7,064 bilhões, ou 60,29% e o FUNDEB Estado, com R\$ 1,888 bilhão, ou 16,11%.

A fonte de Depósitos Judiciais da LC Nº 151/2015 é destinada, principalmente, para cobrir despesas com precatórios. Em 2022 o Estado alocou para essa finalidade R\$ 41 milhões.

O Fundo Financeiro do RPPS é destinado a cobrir despesas com aposentadorias e pensões da massa que compõe o Fundo Financeiro. No exercício de 2022, esta fonte contribuiu com R\$ 868 milhões para folha de pagamento. Os recursos arrecadados pelo Fundo Financeiro do RPPS são insuficientes para cobrir as despesas com as aposentadorias e pensões, por essa razão houve aporte de recursos ordinários na ordem de R\$ 1,635 bilhão, sendo R\$ 1,535 bilhão do Poder Executivo e R\$ 100 milhões dos demais Poderes.

Tabela 24
Demonstrativo de Despesa com Pessoal por Fonte de Recurso R\$ Mil

FONTE DE RECURSO	VALOR	% PART.
Recursos provenientes de Arrecadação de Tributos Estaduais	7.064.266	60,29
Recursos de Depósitos Judiciais da LC 151/2015	41.199	0,35
Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Superior	711.295	6,07
Cotaparte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	396.531	3,38
Recursos do FUNDEB - Estado	1.887.832	16,11
Recursos do FTI	81.389	0,69
Recursos Diretamente Arrecadados	47.078	0,40
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	32.544	0,28
Recursos do SUS - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	9.665	0,08
Recursos do FUNDEB - Complementação da União	76.329	0,65
Recursos de Precatórios do FUNDEF	48.345	0,41
Fundo Financeiro - RPPS	868.295	7,41
Fundo Previdenciário - RPPS	156.187	1,33
Recursos da Cessão Onerosa do Bônus de Assinatura do Pré-Sal - Previdência	70.000	0,60
Fundo de Proteção Previdenciária dos Militares - FPPM	225.742	1,93
TOTAL	11.716.697	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

3.4.2 Outras Despesas Correntes

Na tabela 25, apresenta-se o grupo Outras Despesas Correntes por elemento sendo os mais relevantes, a Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas, representa as Transferências Constitucionais ou Legais aos Municípios, com R\$ 3,772 bilhões, ou 27,22%, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, com R\$ 2,955 bilhões, ou 21,33%, este representa a prestação de serviços por pessoa jurídica aos órgãos públicos do Estado e Transferências à Instituições Privadas sem fins lucrativos, com R\$ 915 milhões ou 6,60%, este elemento representa os convênios de saída firmados com o Estado.

Destaca-se o elemento Outras Despesas de Terceirização, decorrentes de Contrato de Terceirização, com R\$ 363 milhões, ou 2,62%, que representa as cooperativas médicas da área da Saúde. Este valor compõe a base de cálculo de pessoal para cumprimento dos limites da LRF.

Tabela 25
Demonstrativo de Outras Despesas Correntes Relevantes por Elemento **R\$ Mil**

DESCRIÇÃO	2022	% Part.
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	3.771.926	27,22
Contribuições	168.753	1,22
Transferências à Instituições Privadas S/ fins Lucrativos - Contribuições	914.825	6,60
Subvenções Sociais	243.570	1,76
Material de Consumo	825.176	5,96
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	267.411	1,93
Passagens e Despesas com Locomoção	493.884	3,56
Outras Despesas de Terceirização decorrentes de Contrato de Terceirização	363.134	2,62
Locação de Mão de Obra	569.159	4,11
Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídica	2.954.857	21,33
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação- Pessoa Jurídica	441.511	3,19
Auxílio Alimentação	632.892	4,57
Obrigações Tributárias E Contributivas	236.824	1,71
Despesas de Exercícios Anteriores	351.430	2,54
Indenizações e Restituições	724.587	5,23
Demais Despesas	895.132	6,46
TOTAL	13.855.072	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

3.4.2.1 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

O total das distribuições de receitas aos Municípios, no exercício de 2022, foi de R\$3,772 bilhões. Comparando com o exercício de 2021 houve um acréscimo nominal de R\$ 235 milhões, com variação nominal de 6,65%, conforme tabela 26. Este acréscimo é o reflexo das medidas adotadas pelo Governo do Amazonas para o incremento da receita de impostos.

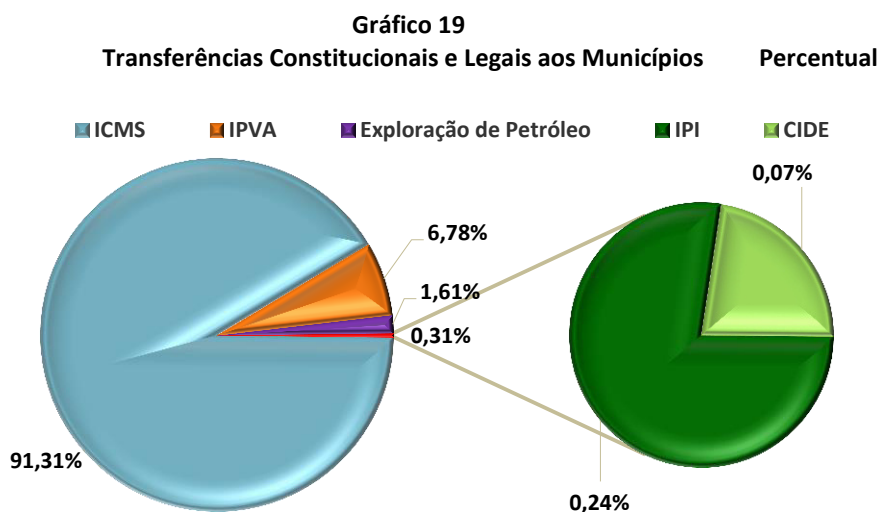
Evidencia-se a fonte do ICMS como a principal participação das transferências aos municípios, com R\$ 3,444 bilhões e 91,31% de participação.

Tabela 26
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios Mil

FONTE	2022	2021	PART. %	VAR. %
ICMS	3.444.186	3.263.216	91,31	5,55
IPVA	255.568	217.814	6,78	17,33
Exploração de Petróleo	60.694	44.309	1,61	36,98
IPI	8.870	9.812	0,24	(9,61)
CIDE	2.609	1.673	0,07	55,96
TOTAL	3.771.926	3.536.824	100,00	6,65

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 19, são apresentadas as transferências aos municípios com o respectivo percentual de participação.



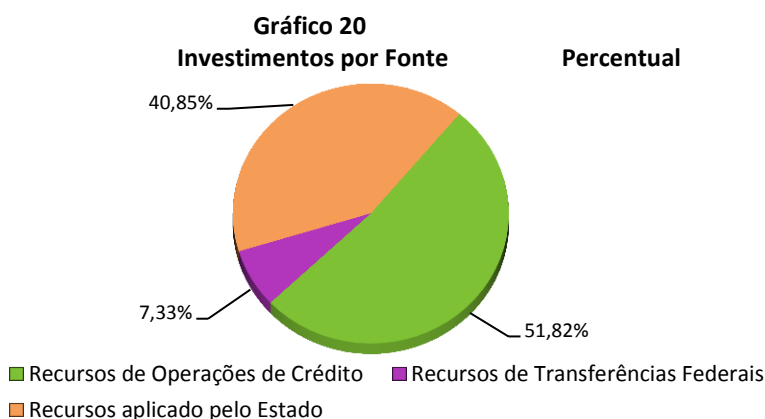
3.4.3 Investimentos

Na tabela 27 e gráfico 20, são demonstrados os investimentos do governo por fonte de recurso, totalizando R\$ 2,105 bilhões, sendo R\$ 1,091 bilhão com fontes de Operações de Crédito, R\$ 154 milhões com fontes de Transferências Federais e R\$ 860 milhões com fontes do Estado, já incluídos os investimentos empenhados por conta do superávit financeiro de 2021.

Tabela 27
Despesa Empenhada em Investimentos por Fonte

INVESTIMENTO	EMPENHADO	R\$ Mil PART. %
Recursos de Operações de Crédito	1.090.691	51,82
Recursos de Transferências Federais	154.212	7,33
Recursos aplicado pelo Estado	859.828	40,85
TOTAL	2.104.731	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



3.4.3.1 Operações de Crédito

O Governo do Amazonas empenhou com recursos de Operação de Crédito, o montante de R\$ 1,723 bilhão, distribuído nos grupos de Juros e Encargos da Dívida Pública com R\$ 79 milhões, Outras Despesas Correntes com R\$ 22 milhões, investimento com R\$ 1,091 bilhão, Inversão Financeira com R\$ 150 milhões e Amortização da Dívida Pública com R\$ 381 milhões.

Na tabela 28, é demonstrada a despesa orçamentária com recursos de Operações de Crédito, sendo R\$ 1,054 bilhão de operações internas, com participação de 61,14% e R\$ 669 milhões, ou 38,86%, de operações externas, já incluídas as execuções pelos superávits financeiros apurados no balanço de 2021.

Tabela 28
Execução das Operações de Crédito

			R\$ Mil
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	CREDOR	EMPENHADO	% Part
INTERNA		1.053.702	61,14
Programa de Apoio às Despesas de Capital - PRODECAP 2021/2022	BB	1.020.292	59,21
Programa de Apoio às Despesas de Capital - PRODECAP	BB	26	0,00
Programa de Apoio às Despesas de Capital - PRODECAP II	BB	33.384	1,94
EXTERNA		669.594	38,86
Programa Social e Ambiental dos Igarapés do Interior - PROSAMIN +		1.779	0,10
Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM III	BID	132	0,01
Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas - PADEAM	BID	33.420	1,94
Programa de Sustentabilidade Fiscal, Econômica, Social e Ambiental-PRÓ-SUSTENTÁVEL	BIRD	634.263	36,81
TOTAL		1.723.296	100,00

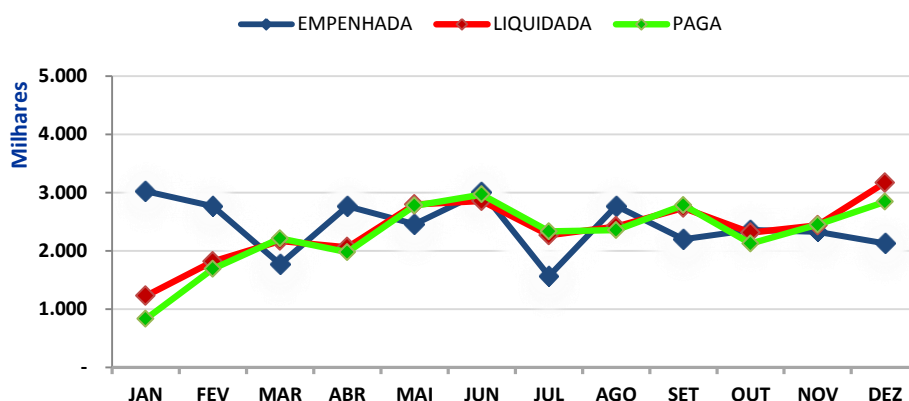
Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

3.5 Evolução da Despesa

No gráfico 21, apresentamos a evolução da despesa empenhada, liquidada e paga neste exercício. Observa-se um crescimento da despesa empenhada no mês de janeiro e da despesa liquidada e paga nos meses de novembro e dezembro, justificada pelo empenhamento de saldos de contratos vigentes e pagamento de décimo terceiro salário aos servidores e amortização de dívida, respectivamente.

Gráfico 21
Evolução Mensal da Despesa

R\$ Milhares



A tabela 29 apresenta as despesas empenhadas por categoria econômica e grupo. Comparando os exercícios de 2018 e 2022, houve um acréscimo nominal de R\$ 11,480 bilhões, ou 65,12% e 2022 ante 2021, um acréscimo nominal de R\$ 4,232 bilhões, ou 17,01%.

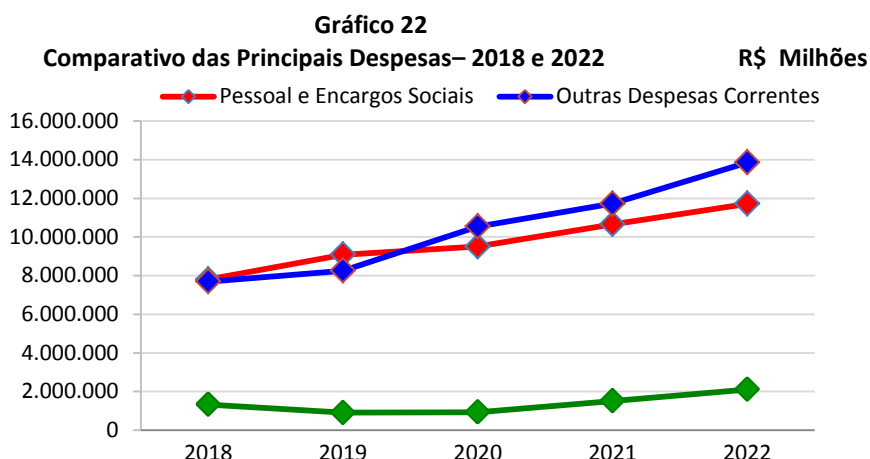
Tabela 29
Evolução da Despesa Empenhada por Categoria Econômica

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	2020	2019	2018	VAR. %	
						2022/ 2018	2022/ 2021
DESPESAS CORRENTES	26.078.344	22.592.304	20.220.577	17.688.452	15.810.766	64,94	15,43
Pessoal e Encargos Sociais	11.716.697	10.658.908	9.503.838	9.086.591	7.801.415	50,19	9,92
d/q modalidade 91	933.799	854.318	815.169	830.317	681.281	37,07	9,30
Juros e Encargos da Dívida	506.575	204.454	178.484	343.654	316.974	59,82	147,77
Outras Despesas Correntes	13.855.072	11.728.942	10.538.255	8.258.207	7.692.377	80,11	18,13
d/q modalidade 91	73.331	192.506	1.042.677	50.718	39.331	86,45	(61,91)
DESPESAS DE CAPITAL	3.032.638	2.286.267	1.355.729	1.612.901	1.819.892	66,64	32,65
Investimentos	2.104.731	1.509.161	934.698	910.803	1.329.388	58,32	39,46
Inversões Financeiras	175.520	12.014	7.023	104.419	2.205	7.860,09	1.360,96
Amortização da Dívida	752.387	765.091	414.008	597.679	488.299	54,08	(1,66)
TOTAL	29.110.982	24.878.571	21.576.306	19.301.353	17.630.658	65,12	17,01

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 22, apresentamos a evolução dos principais grupos de despesas.



3.6 Despesa por Função

As funções demonstram a área de atuação do governo. Na tabela 30 e gráfico 23, são apresentadas as despesas empenhadas por função, comparando 2022 em relação a 2021 e mostrando o percentual de participação em cada exercício e as variações ocorridas.

Em termos de maior aplicação, destacam-se as funções Encargos Especiais, com R\$ 5,703 bilhões, ou 19,59%; Educação, com R\$ 5,090 bilhões, ou 17,48%, Saúde, com R\$ 4,426 bilhões, ou 15,20%, Previdência Social com R\$ 2,978 bilhões ou 10,23% e Segurança Pública, com R\$ 2,776 bilhões, ou 9,53% de participação do total da despesa.

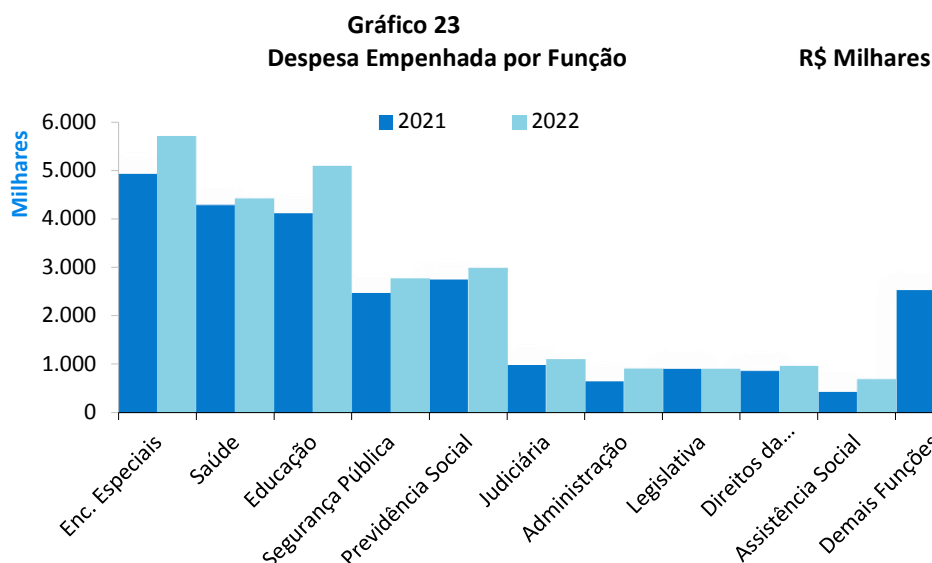
Destacamos, ainda, a aplicação na assistência social, com R\$ 700 milhões, superior ao exercício de 2021 em R\$ 269 milhões, com variação de 62,30%, motivada pelo auxílio emergencial distribuído, através de cartões, as famílias em situação de extrema pobreza da capital e do interior.

Evidenciam-se assim as prioridades do governo estadual, cumprindo as transferências constitucionais e legais aos municípios, o pagamento da dívida fundada e precatórios, e dando especial atenção às áreas da saúde, educação, segurança pública e previdência Social, as quais correspondem a 72,04% do total empenhado no exercício.

Tabela 30
Comparativo da Despesa Empenhada Por Função

						R\$ Mil
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2022	PART. %	2021	PART. %	VAR. %
1	Legislativa	900.767	3,09	905.198	3,64	(0,49)
2	Judiciária	1.105.713	3,80	989.654	3,98	11,73
3	Essencial à Justiça	521.502	1,79	488.532	1,96	6,75
4	Administração	915.913	3,15	654.203	2,63	40,00
6	Segurança Pública	2.775.609	9,53	2.467.694	9,92	12,48
8	Assistência Social	700.389	2,41	431.532	1,73	62,30
9	Previdência Social	2.978.221	10,23	2.746.475	11,04	8,44
10	Saúde	4.426.195	15,20	4.275.355	17,18	3,53
12	Educação	5.089.986	17,48	4.111.093	16,52	23,81
13	Cultura	341.623	1,17	168.644	0,68	102,57
14	Direitos da Cidadania	963.673	3,31	854.768	3,44	12,74
15	Urbanismo	591.799	2,03	111.011	0,45	433,10
16	Habitação	84.743	0,29	44.415	0,18	90,80
17	Saneamento	315.462	1,08	320.016	1,29	(1,42)
18	Gestão Ambiental	135.291	0,46	53.861	0,22	151,19
19	Ciência e Tecnologia	109.889	0,38	97.556	0,39	12,64
20	Agricultura	335.026	1,15	248.018	1,00	35,08
21	Organização Agrária	140.394	0,48	154.719	0,62	(9,26)
23	Comércio e Serviços	218.294	0,75	102.080	0,41	113,85
24	Comunicações	167.857	0,58	228.719	0,92	(26,61)
25	Energia	0	0,00	1.632	0,01	(100,00)
26	Transporte	515.612	1,77	450.171	1,81	14,54
27	Desporto e Lazer	74.401	0,26	54.186	0,22	37,30
28	Encargos Especiais	5.702.622	19,59	4.919.038	19,77	15,93
TOTAL		29.110.982	100,00	24.878.571	100,00	17,01

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



3.7 Consórcio Público

O Governo do Estado aderiu ao Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, onde são consorciados os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, através do Contrato nº 001/2019 de Consorciamento.

O Consórcio será executado por meio de Autarquia, com sede e foro no Distrito Federal e abrangência por toda extensão territorial dos entes federativos consorciados, podendo atuar em todo o território nacional e internacional para o cumprimento de suas finalidades.

A Receita do Orçamento Anual do Consórcio decorrerá dos recursos oriundos de Contrato de Rateio com os entes consorciados e outras receitas, conforme aportes deliberados pela Assembleia-Geral, na forma de legislação vigente.

Neste exercício, o Governo do Amazonas aportou, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEDECTI, o montante de R\$ 500 mil, sendo R\$ 231 mil no grupo de Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 249 mil em Outras Despesas Correntes e R\$ 20 mil em Investimentos.

4. COVID-19

4.1 Receita

O Governo do Amazonas recebeu, no exercício de 2022, a título de Transferências Federais, recursos no montante de R\$ 13,466 milhões, para o enfrentamento da COVID-19, conforme tabela 31.

Esses recursos foram registrados no sistema de Administração Financeira Integrada – AFI, na fonte 222 - Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus – recursos vinculados, o valor de R\$ 811 mil e na fonte de transferências fundo a fundo do SUS, o montante de R\$ 12,655 milhões na fonte 231, Recursos do SUS – bloco custeio .

Tabela 31
Transferências (Corrente e Capital)

R\$	
DESTINAÇÃO	VALOR
Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, LC 173/2020 – Rec. Vinculados.	810.573,47
Transf. Fundo a Fundo de recursos do SUS - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos	12.655.677,60
TOTAL	13.466.251,07

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

4.2 Despesa

As despesas aplicadas pelo Governo do Amazonas para o enfrentamento da COVID-19 foram na ordem de R\$ 143,592 milhões, conforme apresentamos na tabela 32.

O controle dessas despesas no Sistema de Administração Financeira Integrada – AFI foi efetuado através de marcação na execução, mediante informação oficial do órgão e pelo programa de trabalho, criado para esta finalidade.

Essas despesas foram demonstradas no Portal da Transparência do Governo do Amazonas na área “COVID-19” em respeito à Lei da Transparência (LC 131/2009) e a Lei de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011).

Tabela 32
Demonstrativo de Despesa por Fonte - COVID - 19

R\$	
FONTE	EMPENHADO
Recursos Ordinários	38.490.996,73
Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Superior	99.402,40
Cotaparte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE	12.299.075,84
Lei Complementar 176/2020	48.835,83
Recursos do FTI	4.206.369,38
Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Custeio	87.800.195,84
Programa de Aceleração do Desenv. da Educação do Amazonas - PADEAM	191.176,00
Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Investimento	456.088,63
TOTAL	143.592.140,65

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Na tabela 33, apresentamos a execução dessas despesas por função, sendo a função saúde, com R\$ 136,115 milhões, a principal fonte para o enfrentamento da COVID - 19.

Tabela 33
Demonstrativo de Despesa por Função - COVID - 19

R\$	
FUNÇÃO	EMPENHADO
06-Segurança Pública	2.256.650,82
10-Saúde	136.115.922,40
12-Educação	290.578,40
14-Direitos da Cidadania	380.000,00
19-Ciência e Tecnologia	868.376,00
23-Comércio e Serviços	17.250,00
27-Desporto e Lazer	3.663.363,03
TOTAL	143.592.140,65

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei Federal n.º 4.320/64, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Lei Orçamentária Anual – LOA - Lei nº 5.758, de 29 de dezembro de 2021, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Os balanços Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais foram apresentados pela metodologia de consolidação, ou seja, excluindo a dupla contagem das transações ou saldos entre Unidades Gestoras, conforme o Manual De Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

5.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da lei nº 4.320/64, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário do exercício apurado.

O Estado do Amazonas apresentou um resultado superavitário de R\$ 252 milhões em 2022, obtido por meio da diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas no período, apresentado, sinteticamente, na tabela 34.

Tabela 34
Comparativo do Balanço Orçamentário

			R\$ Mil
FONTE	2022	2021	VAR %
Receita Prevista Atualizada (I)	28.747.136	24.756.437	16,12
Receita Realizada (II)	29.362.909	25.652.542	14,46
Superávit / Déficit de Arrecadação (III) = (II-I)	615.773	896.105	(31,28)
Dotação Atualizada (IV)	30.615.226	26.663.237	14,82
Despesa Empenhada (V)	29.110.982	24.878.571	17,01
Economia Orçamentária (VI) = (IV-V)	1.504.244	1.784.666	(15,71)
Superávit / Déficit Orçamentário (VII) = (II-V)	251.927	773.971	(67,45)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Na tabela 35, demonstramos o resultado da execução orçamentária, por categoria econômica, que apresenta, também, o mesmo superávit orçamentário de R\$ 252 milhões.

Tabela 35
Resultado da Execução Orçamentária

			R\$ Mil
FONTE	2022	2021	VAR. %
Receitas Correntes (I)	28.097.056	24.315.145	15,55
Despesas Correntes (II)	26.078.344	22.592.304	15,43
Resultado do Orçamento Corrente (III) = (I-II)	2.018.711	1.722.841	17,17
Receitas de Capital (IV)	1.265.853	1.337.397	(5,35)
Despesas de Capital (V)	3.032.638	2.286.267	32,65
Resultado do Orçamento de Capital (VI) = (IV-V)	(1.766.784)	(948.870)	86,20
SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO DE EXECUÇÃO (VII) = (III+VI)	251.927	773.971	67,45

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

A execução dos restos a pagar não processados no Balanço Orçamentário demonstra a inscrição, em 2022, no montante de R\$ 1,414 bilhão que, deduzindo os pagamentos de R\$ 952 milhões e os cancelamentos de R\$ 376 milhões, resta um saldo de R\$ 86 milhões para o exercício seguinte.

Já a execução dos restos a pagar processados e não processados liquidados demonstra a inscrição, em 2022, no montante de R\$ 93 milhões que, deduzindo os pagamentos de R\$ 87 milhões e os cancelamentos de R\$ 2 milhões, resta um saldo de R\$ 4 milhões para o exercício seguinte.

Consideram-se Restos a Pagar Não Processados Liquidados aqueles inscritos no exercício como Restos a Pagar Não Processados e no exercício seguinte liquidados, mas não pagos até 31 de dezembro.

5.2 Balanço Financeiro

De acordo com o Art. 103 da Lei nº 4.320/64 e a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis, o Balanço Financeiro demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos em espécie, apurados do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O resultado financeiro apurado em 2022 (diferença entre o somatório das receitas orçamentárias e extraorçamentárias, denominadas ingressos e o somatório das despesas orçamentárias e extraorçamentárias, denominadas dispêndios) foi positivo em R\$ 11 milhões. O mesmo resultado pode ser obtido através da diferença entre as disponibilidades, ou seja, o saldo para o exercício seguinte menos o saldo do exercício anterior.

Apresentamos, na tabela 36 e gráfico 24, uma síntese do resultado do Balanço Financeiro do Estado do exercício de 2022.

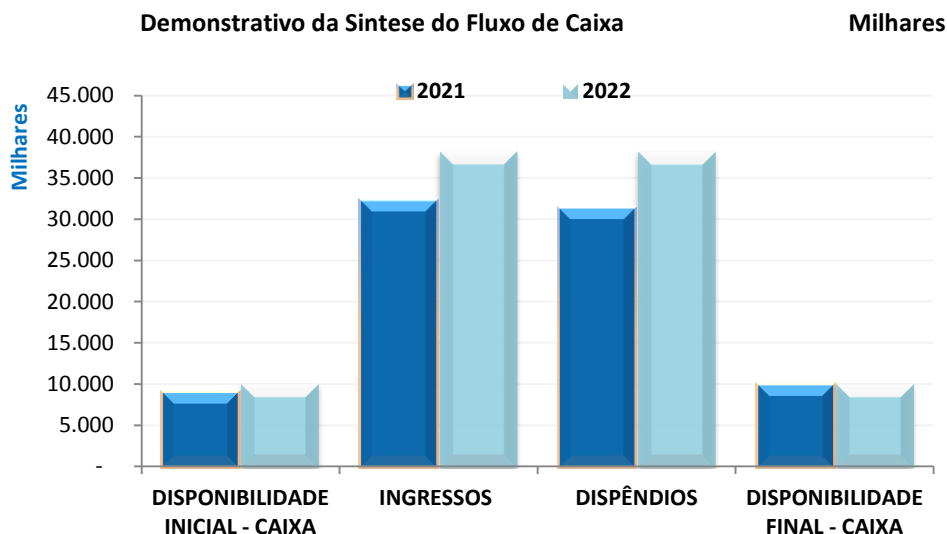
Tabela 36
Demonstrativo do Balanço Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	R\$ Mil VAR.%
INGRESSOS (I+II)	38.289.879	32.406.002	18,16
Receita Orçamentária (I)	29.362.909	25.652.542	14,46
Recebimentos Extraorçamentários (II)	8.926.970	6.753.460	32,18
Saldo do Exercício Anterior	10.147.470	9.212.397	10,15
DISPÊNDIOS (III+IV)	38.278.401	31.470.929	21,63
Despesa Orçamentária (III)	29.110.982	24.878.571	17,01
Pagamentos Extraorçamentários (IV)	9.167.419	6.592.358	39,06
Saldo para o Exercício Seguinte	10.158.949	10.147.470	0,11
RESULTADO FINANCEIRO ((I+II) - (III+IV))	11.478	935.073	98,77

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Receita e Despesa orçamentárias estão incluídas as intraorçamentárias

Gráfico 24
Demonstrativo da Síntese do Fluxo de Caixa



5.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de o Estado gerar caixa e equivalentes de caixa para manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

No exercício de 2022, o resultado de caixa e equivalente de caixa foi positivo em R\$ 11 milhões, sendo R\$ 1,089 bilhão de Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, R\$ 1,589 bilhão negativos de Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento e R\$ 511 milhões de Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento, conforme demonstrado na tabela 37.

Tabela 37
Demonstrativo de Fluxo de Caixa

			R\$ Mil
TÍTULOS	2022	2021	VAR.%
LÍQUIDO DE FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.089.185	1.369.338	(20,46)
Ingressos	35.305.911	29.742.588	18,70
Desembolsos	34.216.726	28.373.250	20,60
LÍQUIDO DE FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.589.042)	(1.004.830)	58,14
Ingressos	2.131	1.741	22,41
Desembolsos	1.591.173	1.006.571	58,08
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	511.335	570.565	(10,38)
Ingressos	1.263.722	1.335.656	(5,39)
Desembolsos	752.387	765.091	(1,66)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	11.478	935.073	(98,77)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	10.147.470	9.212.397	10,15
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	10.158.949	10.147.470	0,11

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

5.4 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil evidenciada pelas seções de ativo (bens e direitos) e passivo (obrigações), indicando a situação patrimonial líquida do Estado.

O Patrimônio líquido foi de R\$ 10,154 bilhões no exercício de 2022, conforme apresentamos na tabela 38.

O recurso para abertura de créditos suplementares e especiais no exercício seguinte ao da apuração é representado pelo “superávit financeiro” obtido pela diferença entre o ativo financeiro e passivo financeiro, que resultou em R\$ 9,937 bilhões, sendo R\$ 5,991 bilhões superávit financeiro da Fundação AMAZONPREV e R\$ 3,946 bilhões dos demais órgãos do estado, incluindo os poderes, conforme apresentado no anexo 14.

O Imobilizado, no anexo 14 - Balanço Patrimonial de 2022, não reflete a realidade, tendo em vista que os Imóveis foram registrados pelos valores correntes da época de aquisição ou construção. É necessária uma reavaliação do Imobilizado do Estado para atualização dos registros contábeis.

Tabela 38
Demonstrativo do Balanço Patrimonial

	R\$ Mi		
TÍTULOS	2022	2021	VAR. %
ATIVO CIRCULANTE	11.918.493	10.819.205	10,16
Caixa e Equivalente de Caixa	5.268.112	4.723.896	11,52
Créditos a Curto Prazo	1.129.065	611.238	84,72
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	4.627.017	5.159.792	(10,33)
Estoques	894.113	320.433	179,03
VPD Pagas Antecipadamente	186	3.846	(95,17)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	17.741.568	13.800.514	28,56
Realizável a Longo Prazo	6.065.641	3.538.087	71,44
Investimentos	916.850	737.640	24,30
Imobilizado	10.719.627	9.494.353	12,91
Intangível	39.450	30.434	29,62
Total do Ativo (I)	29.660.061	24.619.719	20,47
Passivo Circulante	1.981.681	820.070	141,65
Passivo não Circulante	17.524.562	16.537.839	5,97
Total do Passivo (II)	19.506.242	17.357.909	12,38
Patrimônio Líquido (III) = (I-II)	10.153.818	7.261.810	39,82

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

5.4.1 Resultado do Patrimônio Líquido

O Estado apresentou, em 2022, um Patrimônio Líquido acumulado de R\$ 10,154 bilhões, com uma variação positiva ante 2022 de 39,82% ou R\$ 2,892 bilhões.

No gráfico 25, apresentamos a evolução patrimonial dos exercícios de 2018 a 2022.



5.5 Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme dispõe a Lei Federal nº 4.320/64 evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, abrange as alterações positivas e negativas ocorridas no patrimônio.

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - STN, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas decorrem de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as qualitativas são provenientes de transações que alteram a composição patrimonial sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial é apurado através da diferença entre os somatórios das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. No exercício de 2022, foi apurado um resultado positivo de R\$ 3,533 bilhões, conforme demonstrado na tabela 39.

Tabela 39
Demonstrativo das Variações Patrimoniais

	R\$ Mil		
TÍTULO	2022	2021	VAR. %
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	36.652.302	30.945.886	18,44
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.387.544	14.243.697	15,05
Contribuições	5.299.769	4.788.391	10,68
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos	346.620	242.662	42,84
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.530.796	478.783	219,73
Transferências e Delegações Recebidas	9.566.730	7.618.310	25,58
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivo	2.058.060	1.746.655	17,83
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.462.782	1.827.388	(19,95)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	33.118.871	31.211.025	6,11
Pessoal e Encargos	8.684.039	8.095.684	7,27
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.937.770	2.606.338	12,72
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	6.829.639	5.458.562	25,12
Variações Patrimoniais diminutivas Financeiras	676.190	1.682.819	(59,82)
Transferências e Delegações Concedidas	7.659.467	6.909.239	10,86
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.026.856	2.559.090	18,28
Impostos Taxas e Contribuição de Melhoria	233.350	194.739	19,83
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.071.560	3.704.554	(17,09)
RESULTADO PATRIMONIAL	3.533.431	(265.140)	(1.432,67)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

6. BALANÇOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Demonstramos no quadro 04, em anexo, uma síntese dos balanços patrimoniais das empresas públicas, apresentados até o fechamento deste relatório, com as respectivas participações percentuais do Estado no capital de cada empresa.

7. GESTÃO DA DÍVIDA

7.1. Dívida Ativa

Em 2022 foram inscritos em Dívida Ativa valores que totalizaram R\$ 343 milhões, representando 4,09% do saldo da Dívida Ativa em 31/12/2021, sendo R\$ 263 milhões tributário e R\$ 80 milhões, não tributários. Os ajustes de exercícios anteriores foram na ordem de R\$ 256 milhões representando um percentual de 3,05% do saldo de 2021, sendo R\$ 198 milhões tributário e R\$ 58 milhões não tributário.

Os valores arrecadados, no exercício, foram na ordem de R\$ 80 milhões, representando 0,96% do saldo do estoque da dívida existente em 2021, sendo R\$ 76 milhões tributário e R\$ 4 milhões não tributário.

Ocorreram, ainda, baixa de Certificados de Dívida Ativa—CDA no valor total de R\$ 99 milhões, representando 1,18% do saldo da dívida de 2021, sendo R\$ 89 milhões tributário e R\$ 10 milhões não tributário e renúncia de CDA tributário (Anistia + Remissão Fiscal) de R\$ 26 milhões, representando 0,31% do saldo da dívida de 2021.

O saldo final do estoque da dívida, em 2022, foi de R\$ 8,971 bilhões, com acréscimo nominal de 4,69% ante 2021, sendo R\$ 8,039 bilhões tributário e R\$ 752 milhões não tributário, conforme demonstramos sinteticamente na tabela 40.

Tabela 40
Demonstrativo da Dívida Ativa

R\$ Mil

DÍVIDA ATIVA	TRIBUTÁRIO	NÃO TRIBUTÁRIO	TOTAL	% sobre 2020
Saldo em 31/12/2021	7.769.376	628.221	8.397.596	
(+) Inscrições em 2022	263.645	80.044	343.689	4,09
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	197.979	58.372	256.352	3,05
(-) Arrecadação da Dívida Ativa em 2022	76.546	3.839	80.385	0,96
(-) Valores Recuperados (Adjudicações)	-	-	-	0,00
(-) Baixa de CDA's em 2022	88.741	10.695	99.436	1,18
(-) Renúncia de CDA'S em 2022 (Anistia)	26.366	-	26.366	0,31
Saldo em 31/12/2022	8.039.347	752.102	8.791.449	4,69

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

No exercício de 2019, foi publicada no Diário Oficial Eletrônico da SEFAZ-DOE/SEFAZ de 16 de dezembro de 2019, a Portaria conjunta nº 027/GSEFAZ/GPGE, que estabelece os critérios para a classificação dos créditos inscritos em Dívida Ativa do Estado.

Os créditos inscritos em dívida ativa foram qualificados, em ordem de recuperabilidade, sendo classificados em: **Rating A** com alta perspectiva de recuperação; **Rating B** com média perspectiva de recuperação; **Rating C** com baixa perspectiva de recuperação e **Rating D** com baixíssima perspectiva de recuperação ou considerados irrecuperáveis.

A tabela 41, apresenta a classificação por rating, o montante de R\$ 4,301 bilhões, classificados como rating “C e D” sofreram desconhecimento do Balanço Geral do Estado como ativo e foram registrados em conta de controle, até sua extinção ou reclassificação.

Tabela 41
Demonstrativo da Dívida Ativa por Rating

R\$ Mil

DÍVIDA ATIVA	ESTOQUE	CLASSIFICAÇÃO POR RATING				BAIXA (RATING C + D)	ESTOQUE (RATING A+B)
		RATING A	RATING B	RATING C	RATING D		
Tributária	8.039.347.366	4.152.080.944	324.471.575	707.226.356	2.855.568.491	3.562.794.847	4.476.552.519
Não Tributária	752.102.082	13.251.351	233.352	642.328.790	96.288.589	738.617.379	13.484.703
TOTAL	8.791.449.448	4.165.332.295	324.704.927	1.349.555.146	2.951.857.080	4.301.412.226	4.490.037.223

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

7.2. Dívida Pública

Constituem a dívida pública do Estado: a Dívida Fundada ou consolidada (interna e externa) e a Dívida Flutuante ou administrativa, enquanto estas são os compromissos de curto prazo representando 16,67% do total, aquelas são compostas por obrigações de médio e longo prazo e representam 81,33% do total da dívida, sendo oriunda de contratos os quais estão detalhados no anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa.

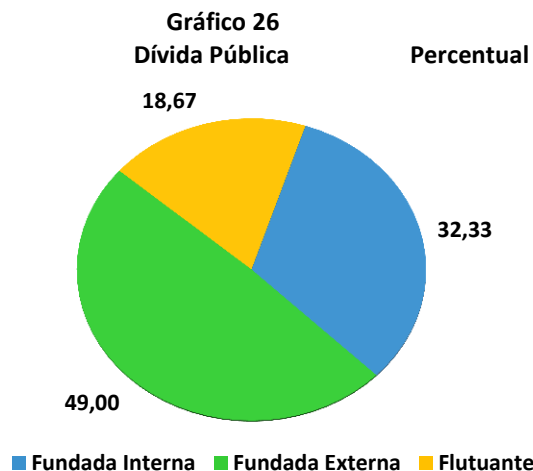
A dívida pública no Estado do Amazonas apresentou um saldo, em 31/12/2022, de R\$ 10,897 bilhões, com variação ante 2021 de 5,15%, conforme demonstramos na tabela 42 e Gráfico 26.

Tabela 42
Dívida Pública

R\$ Mil

DÍVIDA	Valor		%	
	2022	2021	PART.	VAR.
Fundada Interna	3.522.960	2.669.399	32,33	31,98
Fundada Externa	5.339.956	6.017.149	49,00	(11,25)
Flutuante	2.034.584	1.677.699	18,67	21,27
TOTAL	10.897.500	10.364.247	100,00	5,15

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



A dívida fundada total de R\$ 8,863 bilhões, representa 19,78% do limite global de 2(duas) vezes a receita corrente líquida que, em 2022, totalizou R\$ 44,804 bilhões, estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40 art. 3º inciso I, deixando o Estado bastante confortável em relação à legislação, com referência ao grau de endividamento total.

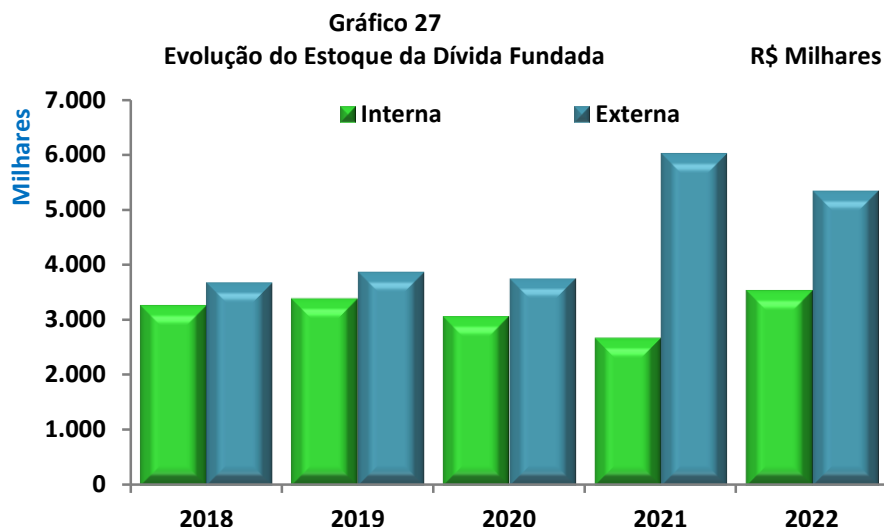
No exercício financeiro de 2022, houve um acréscimo de 2,03% no total do estoque da Dívida Fundada, em relação ao exercício de 2021.

Na tabela 43 e gráfico 27 apresentamos a evolução da dívida fundada dos últimos 5 anos.

Tabela 43
Comparativo da Dívida Fundada X Receita Corrente Líquida **R\$ Mil**

DÍVIDA	2022	2021	2020	2019	2018
Interna	3.522.960	2.669.399	3.056.139	3.375.909	3.262.108
Externa	5.339.956	6.017.149	3.759.167	3.876.397	3.683.398
TOTAL	8.862.916	8.686.548	6.815.306	7.252.306	6.945.506
RCL do Exercício	22.412.466	18.994.134	16.459.911	14.982.882	13.222.391
Div. Fundada / RCL (%)	39,54	45,73	41,40	48,40	52,53

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



7.3. Dívida Flutuante

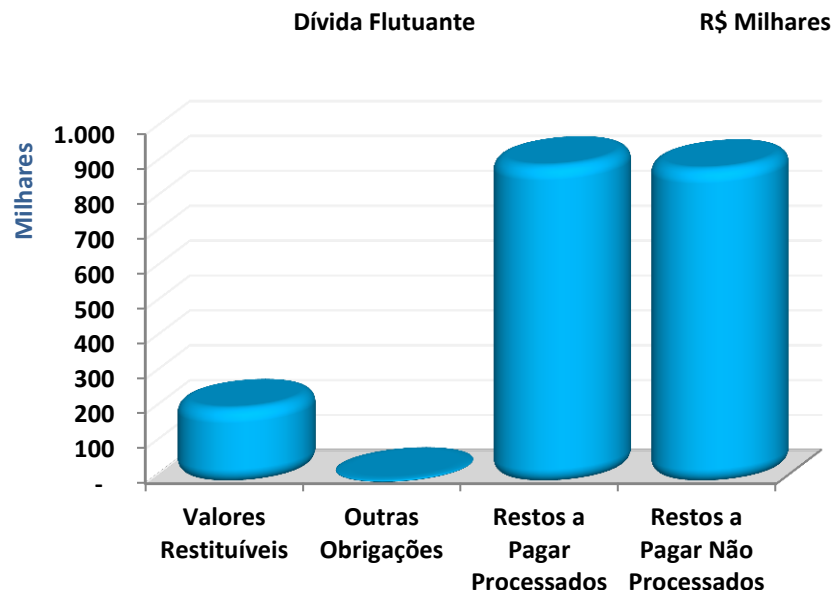
Demonstramos na tabela 44 e gráfico 28, a Dívida Flutuante ou Administrativa que totalizou R\$ 2,035 bilhões. Destacam-se os grupos Valores Restituíveis com R\$ 213 milhões ou 10,47% do total, que representa os saldos de Consignações, Garantias, Depósitos Judiciais e não Judiciais, os Restos a Pagar Processados com R\$ 909 milhões ou 44,67% e os Restos a Pagar não Processados com R\$ 900 milhões ou 44,23%.

Tabela 44
Demonstrativo da Dívida Flutuante R\$ Mil

TÍTULO	VALOR	PART. %
Valores Restituíveis	213.116	10,47
Outras Obrigações	12.796	0,63
Restos a Pagar Processado	908.723	44,67
Restos a Pagar Não Processado	899.891	44,23
TOTAL	2.034.526	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 28
Dívida Flutuante



8. GESTÃO FISCAL

8.1. Gastos com Pessoal

Em cumprimento ao Art. 169 da Constituição Federal e Art. 19, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal para o Estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.

A RCL é apurada de acordo com o Art. 2º e inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000, e compreende o total das receitas correntes da administração direta e indireta, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios e as deduções para formação do FUNDEB e das contribuições previdenciárias.

A RCL ajustada exclui os valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais e de bancada, conforme disciplinam o § 1º, art. 166-A da CF e o § 16, art. 166 da CF, respectivamente. A receita corrente líquida ajustada é o parâmetro para a verificação do cumprimento do limite da despesa com pessoal.

O Estado, em 2022, apurou uma despesa líquida total com pessoal de 47,56% em relação à receita corrente líquida ajustada – RCL, cabendo ao Poder Executivo 41,10%, ao Poder Legislativo 2,27%, ao Poder Judiciário 3,05% e ao Ministério Público 1,14%, conforme demonstrado na tabela 45.

Tabela 45
Demonstrativo de Gastos com Pessoal

R\$ Mil

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS EMPENHADAS	
	Últimos 12 meses	% Desp. s/ RCL
PODER EXECUTIVO (I)	9.208.124	41,10
Pessoal Ativo	7.260.512	32,41
Pessoal Inativo e Pensionista	2.519.191	11,25
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, § 1º da LRF)	448.460	2,00
(-) Decorrentes de decisão Judicial	179.092	0,80
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	18.696	0,08
(-) Indenizações por Demissão	52.161	0,23
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	770.090	3,44
PODER LEGISLATIVO (II)	507.974	2,27
Assembleia Legislativa - ALE	266.662	1,19
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE	241.311	1,08
PODER JUDICIÁRIO (III)	682.768	3,05
Tribunal de Justiça	682.768	3,05
MINISTÉRIO PÚBLICO (IV)	254.854	1,14
Procuradoria Geral de Justiça	254.854	1,14
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL TOTAL (I+II+III+IV)	10.653.719	47,56
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	22.412.466	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	636	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	10.000	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	22.401.830	
LIMITE MÁXIMO (60% da RCL)	13.441.098	
LIMITE PRUDENCIAL (95% do Limite Máximo)	12.769.043	

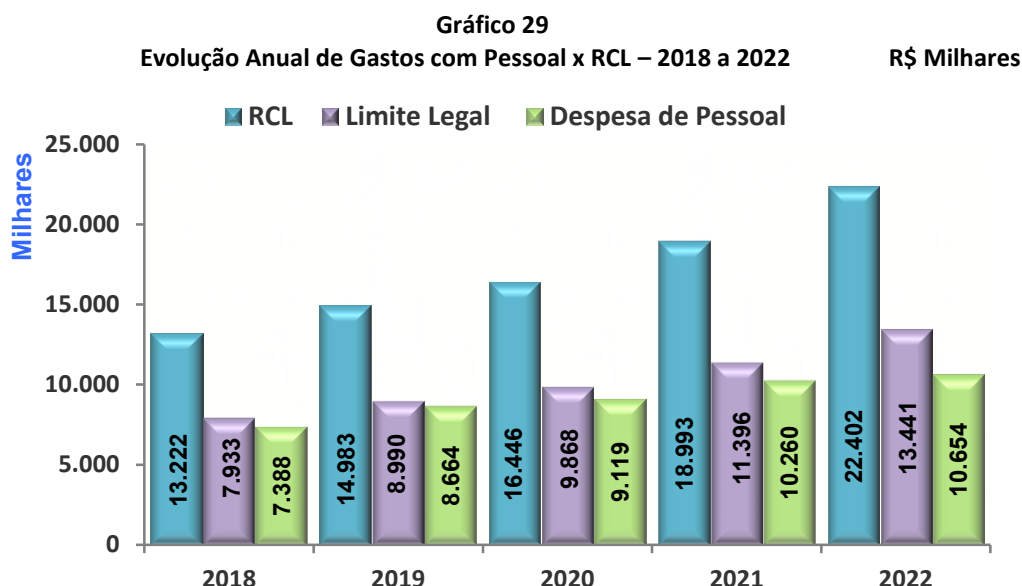
Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI
Valores calculados e publicados por cada Poder

Demonstramos, na tabela 46 e gráfico 29, a evolução anual da Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL e Despesa com Pessoal, no período de 2018 a 2022.

Tabela 46
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2018 a 2022 R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	2020	2019	2018
RCL Ajustada	22.401.830	18.992.934	16.446.344	14.982.582	13.222.391
Despesa de Pessoal	10.653.719	10.260.458	9.118.740	8.663.506	7.388.261
Limite Legal (60% s/ RCL)	13.441.098	11.395.760	9.867.806	8.989.549	7.933.435
% Relação Pessoal/RCL	47,56	54,02	55,45	57,82	55,88

Fonte: Secretaria Executiva do Tesouro



8.2. Aplicação na Educação

Quanto à aplicação na educação, a Constituição Federal prevê em seu art. 212 que o “Estado aplicará anualmente 25%, no mínimo, das receitas resultantes de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Em cumprimento a esta determinação legal e ao conceito ali existente, o Estado do Amazonas aplicou, no exercício de 2022, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o valor de R\$ 4,427 bilhões, correspondente a 25,67% da receita de impostos e transferências, conforme definição constitucional.

Na tabela 47, demonstramos, sinteticamente, as receitas e o montante aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, com aplicação superior em \$ 116 milhões ou 0,67% do limite mínimo estabelecido legalmente.

Tabela 47
Demonstrativo de Aplicação na Educação (conforme Constituição Federal) R\$ Mil

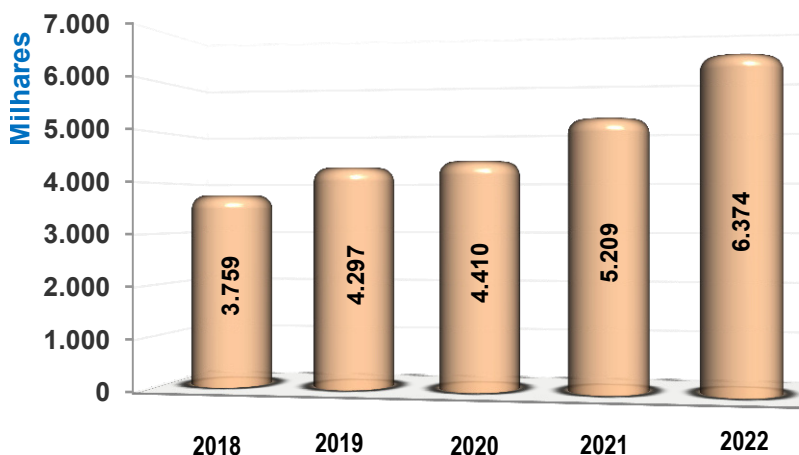
ESPECIFICAÇÃO		VALOR
RECEITAS		
1. Receita de Impostos		15.749.787
2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais		5.256.259
3. (-) Dedução de Transferências Constitucionais aos Municípios		3.761.598
4. TOTAL (1+2-3)		17.244.448
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (25% do 4)		25,00%
		4.311.112
6. VALOR APLICADO		25,67%
		4.427.030
7. DIFERENÇA (6-5)		0,67%
		115.918

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No entanto, se considerarmos a aplicação de todas as fontes da função educação, que totalizou R\$ 5,090 bilhões, acrescido do valor do FUNDEB redistribuído aos municípios de R\$ 1,284 bilhão, teremos uma aplicação total de R\$ 6,374 bilhões.

Demonstramos, no gráfico 30, a evolução anual da aplicação na função educação, no período de 2018 a 2022, considerando o total da função Educação mais a redistribuição aos municípios do FUNDEB.

Gráfico 30
Evolução Anual de Aplicação na Função Educação 2018 a 2022 R\$ Milhares



Nota: Considerando a redistribuição aos Municípios

Em 2022, as vinculações das receitas arrecadadas no Estado para o FUNDEB foram maiores que o retorno do fundo, sendo redistribuídos com os 62 Municípios do Amazonas, a diferença entre a contribuição e o retorno que foi de R\$ 1,284 bilhão, ou seja, 39,94% do total vinculado, conforme demonstramos na tabela 48, por fonte.

Tabela 48
Demonstrativo das Receitas Vinculadas por Tributo-FUNDEB

FONTE	REPASSE	RATEIO	PART. %	DIFERENÇA	% DIF./REP.
	(A)	(B)		(A-B)	
ICMS E ACESSÓRIAS	2.106.253	1.199.299	62,13	906.954	43,06
IPVA E ACESSÓRIAS	51.607	44.011	2,28	7.596	14,72
ITCMD E ACESSÓRIAS	12.496	4.746	0,25	7.751	62,02
ITR	0	136	0,01	-136	-
FPE	1.038.084	448.237	23,22	589.847	56,82
FPM	0	230.611	11,95	-230.611	-
IPI	5.408	3.113	0,16	2.294	42,43
TOTAL	3.213.848	1.930.153	100,00	1.283.695	39,94

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

8.3. Aplicação na Saúde

De acordo com o Art. 77, inciso II e parágrafo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os estados aplicarão anualmente, no mínimo, 12% do produto da arrecadação de impostos e transferências, nas ações e serviços públicos de saúde. Em 2022, o Estado do Amazonas, aplicou R\$ 3,497 bilhões, ou 20,31% excedendo em R\$ 1,431 bilhão ou 8,31% do mínimo estabelecido, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 49.

Tabela 49
Demonstrativo de Aplicação na Saúde (conforme Constituição Federal) R\$ Mil

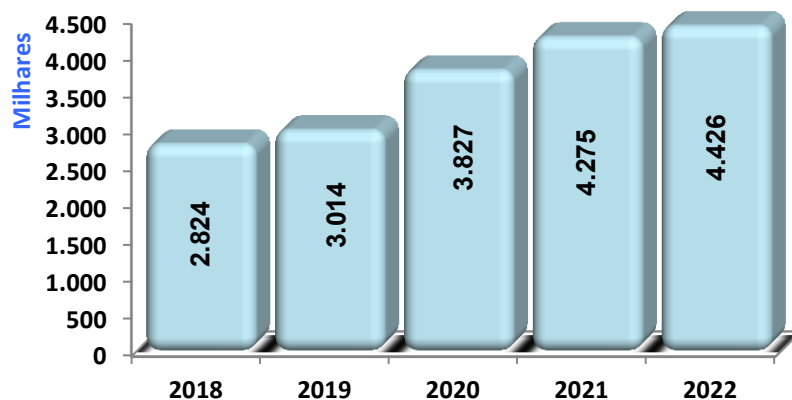
ESPECIFICAÇÃO		VALOR
RECEITAS		
1. Receitas de Impostos		15.749.787
2. Transferências da União		5.226.468
3. (-) Dedução das Transferências Constitucionais e Legais		3.761.598
4. Total (1+2-3)		17.214.657
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (12% DO 4)	12,00%	2.065.759
6. TOTAL APLICADO	20,31%	3.497.072
7. DIFERENÇA (6-5)	8,31%	1.431.313

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Se considerarmos o valor total aplicado da função Saúde com \$ 4,426 bilhões, teremos uma aplicação superior em R\$ 929 milhões a mais que o valor aplicado, conforme conceito constitucional.

No gráfico 31, demonstramos a evolução anual da aplicação na função saúde, pelo Estado, no período de 2018 a 2022.

Gráfico 31
Demonstrativo de Aplicação na Função Saúde- 2018 a 2022 R\$ Milhões



8.4. Resultado Primário e Nominal

O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas financeiras. Caso essa diferença seja positiva, tem-se um “superávit primário”; caso seja negativa, tem-se um déficit primário.

Já o resultado nominal é o conjunto das operações fiscais realizadas pela administração pública acrescentando ao resultado primário a conta de juros.

Na tabela 50 apresentamos o cumprimento das metas do resultado primário e nominal da LDO.

O resultado primário e nominal demonstrado na tabela 50 está conforme modelo da 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF e apurado pela metodologia acima da linha. A metodologia conhecida como “acima da linha” permite ao gestor avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio da avaliação dos componentes que deram causa ao resultado.

Essa avaliação possibilita, adicionalmente, a elaboração de cenários para as contas públicas, baseados em estimativas de receitas e despesas projetadas a partir de parâmetros macroeconômicos, viabilizando, dessa forma, a estatística como uma importante ferramenta, seja

na etapa de formulação do orçamento público ou durante sua execução. Adicionalmente, serve como instrumento analítico para a tomada de decisões relativas à condução de políticas públicas. Já o método “abaixo da linha” é obtido pela diferença entre a variação da dívida líquida e o montante de juros líquidos devidos em determinado período.

Tabela 50
Metas Fiscais x Resultados Primário e Nominal - 2022

			R\$ Mil
ESPECIFICAÇÃO	META	RESULTADO	% s/ PIB
Resultado Nominal - Acima da Linha	479.187	292.088	0,26
Resultado Primário - Acima da Linha	662.729	385.778	0,34
PIB	114.319.269		

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal.

Na tabela 51, apresentamos o resultado nominal e primário, por quadrimestre.

Tabela 51
Resultado Primário – 2022

		R\$ Mil		
ESPECIFICAÇÃO	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	3º QUADRIMESTRE	
Resultado Primário - Acima da Linha	1.211.313	570.410	385.778	
Resultado Primário - Abaixo da Linha	1.211.313	570.410	385.778	
Resultado Nominal - Acima da Linha	1.284.282	711.139	292.088	
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	780.853	24.531	(1.019.775)	
Resultado Nominal Ajustado - Abaixo da Linha	1.284.282	711.139	292.088	

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal

8.5. Capacidade de Pagamento – CAPAG

A CAPAG determina que a classificação dos entes será definida a partir de indicadores de endividamento, poupança corrente e liquidez. O indicador de endividamento será calculado pela relação entre dívida consolidada bruta e receita corrente líquida.

A poupança corrente busca verificar se o ente está poupando o suficiente para absorver um eventual crescimento das suas despesas correntes acima do aumento das receitas correntes. Por

fim, o índice de liquidez verifica se o ente tem um volume de recursos em caixa suficiente para honrar as obrigações financeiras já contraídas. Os cálculos da CAPAG são disciplinados pela Portaria Nº 501, de 23 de novembro de 2017.

O indicador de endividamento e o de poupança corrente podem receber conceitos "A", "B" ou "C". Já o indicador de liquidez teria apenas as notas "A" ou "C". A combinação dos três indicadores resultará na nota do ente (sua CAPAG), que poderá ser "A", "B", "C" ou "D".

O ente que possuir CAPAG "A" ou "B" é elegível à contratação de garantias da União em seus financiamentos. Assim, um ente bem avaliado pelo Tesouro Nacional poderá acessar empréstimos com juros mais baixos, por contar com a União como seu garantidor. O Estado do Amazonas obteve o conceito "B", conforme tabela abaixo.

Tabela 52

Capacidade de Pagamento - CAPAG				R\$ Mil
ÍNDICE LIQUIDEZ (a)/(b)	FÓRMULA	VALORES	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL EM 2022
	Obrigações Financeiras (a)	189.291		
	Disponibilidade de Caixa Bruta (b)	1.596.783	0,12	A

POUPANÇA CORRENTE (DC/RC)	PESO	VALORES	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL EM 2022
2020	0,2	89,59	17,92	
2021	0,3	92,89	27,87	
2022	0,5	92,82	46,41	B
TOTAL			92,19	

ENDIVIDAMENTO	FÓRMULA	VALORES	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL EM 2022
2022	Dívida Consolidada Bruta	8.862.916		
	Receita Corrente Líquida Ajustada	22.411.830	39,55%	A

CLASSIFICAÇÃO FINAL				B
----------------------------	--	--	--	----------

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA EQUIPE TÉCNICA

O objetivo primordial deste relatório é o de subsidiar o processo de avaliação do desempenho das finanças públicas do Estado do Amazonas, através da demonstração dos resultados alcançados no exercício de 2022. Acreditamos que, dessa forma, contribuiremos para uma gestão transparente e fidedigna das contas do Estado, que tem na Responsabilidade Fiscal uma de suas premissas básicas.

Diante da missão de subsidiar os nossos gestores por meio de informações confiáveis, ainda nos restam muitos objetivos a serem alcançados e melhorias a serem implementadas. Ressaltamos que, apesar de todas as dificuldades, nossa equipe técnica, mesmo reduzida, tem sido incansável na busca por um constante aprimoramento das informações prestadas.

Este exercício foi marcado com grandes avanços no Sistema de Administração Financeira - AFI, com muito esforço e dedicação da equipe foi implantado a automatização da Ordem Cronológica de Pagamentos e da Conciliação Financeira e a implantação da Padronização de Fonte de Recurso.

Além disso, O Estado do Amazonas atingiu o primeiro lugar entre os 26 estados e Distrito Federal no ranking de qualidade da informação contábil e fiscal, um dos principais indicadores de gestão fiscal e financeira do ranking pela Secretaria do Tesouro Nacional, órgão ligado ao Ministério da Fazenda.

De acordo com o relatório, disponível no site do Tesouro Nacional, o Amazonas apresentou 100% de precisão na metodologia adotada pelo órgão. No ranking geral, que inclui três indicadores, o Amazonas ficou na 3ª posição, com conceito “A”, apresentando mais de 96% de pontos na avaliação.

Nossos agradecimentos, primeiramente a Deus, pelo dom da vida, pela saúde e pela oportunidade de realização deste trabalho. Agradecemos também ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Wilson Miranda Lima e ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda, Dr. Alex Del Giglio, pelo apoio e confiança dispensados a nossa equipe. Nosso agradecimento ainda ao Secretário

Executivo do Tesouro Estadual, Luiz Otávio da Silva, pelo apoio imprescindível na busca de soluções para as dificuldades surgidas no dia a dia.

A toda equipe da Secretaria do Tesouro Estadual a nossa gratidão pelo empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados no cumprimento de nossa missão. Agradecemos, de forma especial, o Departamento de Contabilidade do Estado, a Gerência de Contabilidade do Estado, Gerência de Normas Técnicas e Implementação de Demandas e a Equipe de Tecnologia da Informação do AFI que, com muita competência, atuaram de forma direta na elaboração do Balanço Geral do Estado. Agradecemos, ainda, ao Departamento de Planejamento da Política Fiscal e Estudos de Finanças Públicas do Estado, ao Departamento de Análise Técnica e Operacional da Execução da Despesa do Estado, ao Departamento Financeiro do Estado, ao Departamento de Encargos Gerais, Dívida Pública e haveres do Estado, ao Departamento de Tecnologia da Informação-DETIN, à Coordenadoria de Programação de Despesa, à Secretaria Executiva de Orçamento e aos demais setores da SEFAZ.

A Imprensa Oficial que atua na publicação do balanço e aos diversos órgãos da administração direta e indireta pela colaboração dispensada ao longo do exercício de 2022.

Agradecimento fraterno à Comissão Permanente das Contas do Governo do Tribunal de Contas do Estado e à Controladoria Geral do Estado pela parceria na busca de soluções técnicas, objetivando a transparência nos registros dos atos e fatos contábeis.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para cumprimento do dever de tornar público o Balanço Geral do Estado: muito obrigado.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ/AM, em Manaus-Am, 30 de Março de 2023.



Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Contadora Geral do Estado
CRC Nº 07984/AM



Luiz Otávio da Silva
Secretário Executivo do Tesouro
Estadual